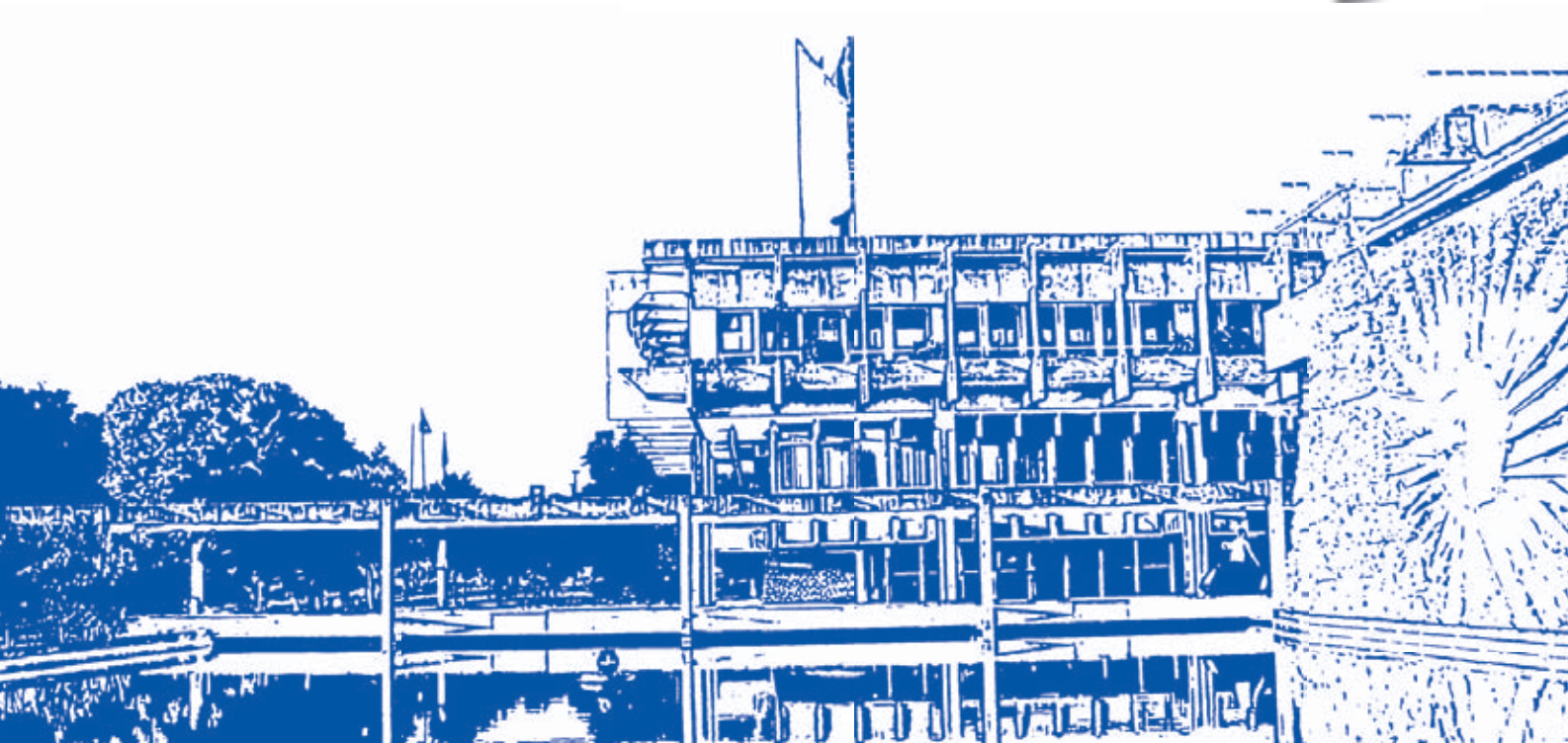


UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

2010

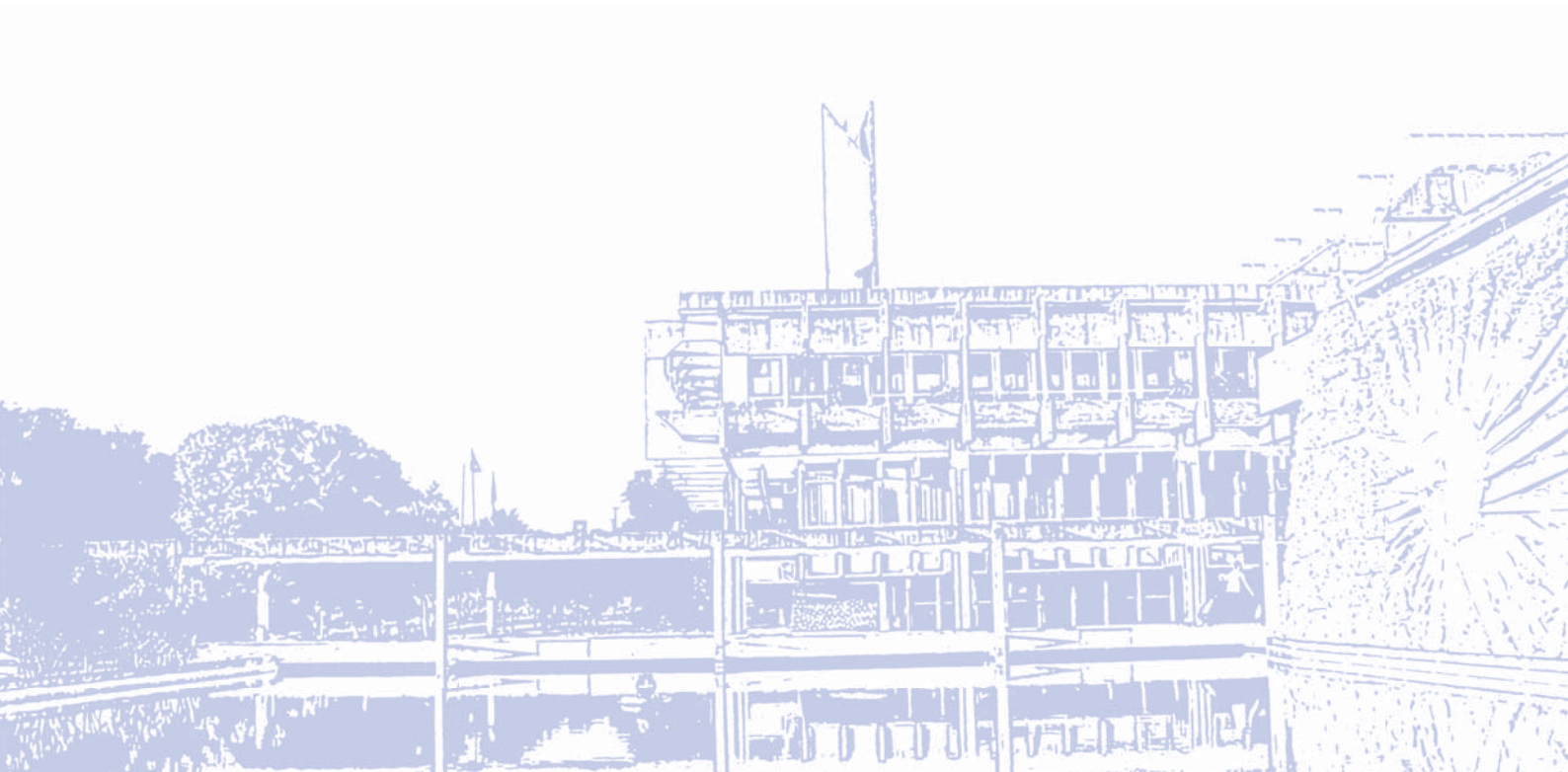
PLANO DE
DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

2010 PLANO DE
DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL
2019



2010 PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 2019

Divisão de Serviços Técnicos
Catalogação da publicação na Fonte. Biblioteca Central Zila Mamede – UFRN

Ministério da Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Plano de Desenvolvimento Institucional : 2010-2019 Universidade Federal do
Rio Grande do Norte. – Natal, RN, 2010.
92 p.
1. Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Plano institucional. 2. Ensino
superior - Universidades. I. Título.
RN/UF/BCZM CDU 378.4



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Natal – Outubro/2010

REITOR
JOSÉ IVONILDO DO RÊGO

VICE-REITORA
ÂNGELA MARIA PAIVA CRUZ

CHEFE DE GABINETE
CÉLIA MARIA DA ROCHA RIBEIRO

PROCURADOR GERAL
GIUSEPPI DA COSTA

AUDITOR INTERNO
HALCIMA MELO BATISTA

PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO
VIRGINIA MARIA DANTAS ARAÚJO

PRÓ-REITORA ADJUNTA DE GRADUAÇÃO
MIRZA MEDEIROS DOS SANTOS

PRÓ-REITORA DE PESQUISA
MARIA BERNARDETE CORDEIRO DE SOUSA

PRÓ-REITORA ADJUNTA DE PESQUISA
MARIA HELENA BRAGA E VAZ DA COSTA

PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EDNA MARIA DA SILVA

PRÓ-REITORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO
FERNANDA NERVO RAFFIN

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA
CIPRIANO MAIA DE VASCONCELOS

PRÓ-REITORA ADJUNTA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA
RITA DE CÁSSIA DA CONCEIÇÃO GOMES

PRÓ-REITOR DE RECURSOS HUMANOS
JOÃO CARLOS TENÓRIO ARGOLO

PRÓ-REITORA ADJUNTA DE RECURSOS HUMANOS
MIRIAN DANTAS DOS SANTOS

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO
JOÃO BATISTA BEZERRA

PRÓ-REITOR ADJUNTO DE ADMINISTRAÇÃO
DILSON DE ANCHIETA RODRIGUES

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
JOÃO EMANUEL EVANGELISTA DE OLIVEIRA

PRÓ-REITOR ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
LUIZ SEIXAS DAS NEVES

PRÓ-REITOR DE ASSUNTOS ESTUDANTIS
RANKE DOS SANTOS SILVA

PRÓ-REITOR ADJUNTO DE ASSUNTOS ESTUDANTIS
GERALDO DE ALMEIDA PIMENTEL FILHO

SUPERINTENDENTE DE COMUNICAÇÃO
JOSIMEY COSTA DA SILVA

SUPERINTENDENTE DE INFORMÁTICA
ALÚZIO FERREIRA DA ROCHA NETO

SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA
GUSTAVO FERNANDES ROSADO COELHO

SECRETÁRIA DE ENSINO A DISTÂNCIA
MARIA CARMEM FREIRE DIÓGENES RÊGO

SECRETÁRIA ADJUNTA DE ENSINO A DISTÂNCIA
EUGENIA MARIA DANTAS

SECRETÁRIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
ANAMARIA MARTINS MOREIRA

COORDENADOR DO COMPLEXO HOSPITALAR E DE SAÚDE
PETRÔNIO DE SOUZA SPINELLI

DIRETOR DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ONOFRE LOPES
JOSÉ RICARDO L. AGRECA SALES CABRAL

DIRETOR DA MATERNIDADE ESCOLA JANUÁRIO CICCIO
KLEBER DE MELO MORAIS

DIRETORA DO HOSPITAL DE PEDIATRIA
JOZANA DO ROSÁRIO DE MOURA CAETANO

DIRETORA DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ANA BEZERRA
MARIA CLÁUDIA MEDEIROS DANTAS DE RUBIM COSTA

DIRETORA DA BIBLIOTECA CENTRAL ZILA MAMEDE
ANA CRISTINA CAVALCANTI TINÔCO

DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
JAZIEL MARTINS SÁ

DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
JUAREZ DA COSTA FERREIRA

DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
MÁRCIO MORAIS VALENÇA

DIRETORA DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
ANA LÚCIA ASSUNÇÃO ARAGÃO

DIRETOR DO CENTRO DE TECNOLOGIA
MANOEL LUCAS FILHO

DIRETOR DO CENTRO DE BIOCÊNCIAS
MARIA DE FÁTIMA FREIRE DE MELO XIMENES

DIRETOR DO CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO SERIDÓ
CLÓVIS ALMEIDA DE OLIVEIRA

UNIDADE ACADÊMICA ESPECIALIZADA EM MÚSICA
ZILMAR RODRIGUES DE SOUZA

UNIDADE ACADÊMICA ESPECIALIZADA EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS
JÚLIO CÉSAR DE ANDRADE NETO

UNIDADE ACADÊMICA ESPECIALIZADA – FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DO TRAIRI
JUCIMAR FRANÇA VILAR LIMA

UNIDADE ACADÊMICA ESPECIALIZADA – ESCOLA DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
ENILSON MEDEIROS DOS SANTOS

COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO, SISTEMATIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

PRESIDENTE
JOÃO EMANUEL EVANGELISTA DE OLIVEIRA

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO
MARIA PEPITA VASCONCELOS DE ANDRADE

ASSESSOR
MÁRCIO CAPRIGLIONE

CONSULTORA
HELOIZA HENÊ MARINHO DA SILVA

CONSULTORA
MARIA DONINHA DE ALMEIDA

CONSULTOR
JOSÉ EDUARDO DE ALMEIDA MOURA

CONSULTOR
MARCELO RIQUE CARÍCIO

EQUIPE TÉCNICA
DENISE CÂMARA DE CARVALHO
EVANE LOPES TAVARES
JOANI BRITO DE SÁ

PROGRAMAÇÃO VISUAL
PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO E CAPA
ANA PAULA RESENDE

ILUSTRAÇÃO/ABERTURA DE CAPÍTULOS
RAFAEL GARCIA

REVISORES DE LÍNGUA PORTUGUESA
EMANUELLE PEREIRA DE LIMA DINIZ
JANAINA TOMAZ CAPISTRANO

SUPERVISÃO TÉCNICA EDITORIAL
JOSÉ ANTONIO BEZERA JUNIOR

IMAGENS DE COMPOSIÇÃO A PARTIR DE FOTOGRAFIAS DO ARQUIVO DA UFRN.

2010 APRESENTAÇÃO

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

2010
PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
2019

O Plano de Desenvolvimento Institucional ora apresentado resulta de uma paciente elaboração para a qual foram mobilizadas todas as instâncias da UFRN, surgindo como uma natural sequência do outro, produzido na década anterior. Como é fácil ver já na tabela de Indicadores de desempenho 1999-2009, claro foi o avanço nesse período – expressivo em vários aspectos e até surpreendentes em outros – obrigando a coletividade dos que formularam a política institucional para a década 2010-2019 a encarar desafios ainda maiores visando a melhorar o desempenho.

Se a existência de indicadores expressivos não surpreende, os mencionados desafios, próprios de uma época tocada por um desenvolvimento científico e tecnológico sem precedente, exigiram a elaboração de políticas institucionais com propostas didático-pedagógicas criativas e inovadoras, capazes de melhorar a quantidade sem jamais abrir mão da qualidade. Esse o espírito do Plano de Desenvolvimento Institucional 2010-2019. Esse o modo através do qual a Universidade Federal do Rio Grande do Norte se coloca, projetando suas ações institucionais numa perspectiva de crescimento integrado com a Sociedade que a criou e sustenta.

A par da evolução e aprimoramento do seu Projeto Pedagógico Institucional, com a implementação de políticas que visam à criação de novos cursos, atualização de itinerários de formação, intensificação do incremento à pesquisa e das ações de extensão, desenvolvem-se programas estratégicos na Universidade Federal do Rio Grande do Norte que são um claro exemplo desse diálogo sobre o futuro com a comunidade externa. Áreas estratégicas para o desenvolvimento são contempladas para ações conjuntas que resultarão em ganhos concretos para todos.

Nessa visão de futuro contempla-se prioritariamente uma ação coletiva em que todos os segmentos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em constante diálogo com a sociedade, contribuam, tal como sugere a UNESCO para a redução das diferenças de desenvolvimento. E, deste modo, tornar-se “ferramenta fundamental para combater a pobreza, erradicar a miséria e promover o desenvolvimento econômico e social, através da formação de cidadãos responsáveis e ativos na construção de sociedades orientadas a defender a paz, os direitos humanos e os valores da democracia”.

José Ivonildo do Rêgo
REITOR DA UFRN

NOTA EXPLICATIVA

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2010-2019 – é o plano estratégico que define os rumos da instituição universitária em termos de seu desenvolvimento e suas metas. O Plano explicita a missão da Universidade, os objetivos institucionais e o projeto pedagógico institucional orientadores da política para a UFRN.

Por se constituir em proposta de referência para o futuro da instituição, seu processo de elaboração se pautou por ampla discussão com todos segmentos da comunidade universitária e com a sociedade para coletar propostas e sugestões e subsidiar a apreciação e a aprovação em sua instância máxima: o Conselho Universitário da UFRN - CONSUNI.

Sua elaboração iniciou-se em 2009, de acordo com as etapas descritas a seguir.

1ª etapa - Constituição de uma comissão, sob a presidência do pró-reitor de planejamento e coordenação geral, para avaliar o PDI 1999-2008, tomando como referência os relatórios de gestão do período e o Relatório de Avaliação Institucional de 2006, de acordo com a Lei nº 10.861 da Presidência da República, que cria o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Essa comissão apresentou dois importantes documentos que serviram de suporte à projeção de futuro da UFRN: um relatório que avalia os dez anos do PDI 1999-2008 tendo como referência os 10 relatórios anuais de gestão da administração central; um documento que constitui uma análise situacional da UFRN, identificando pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças, fornecendo bases para elaboração do atual Plano de Desenvolvimento Institucional.

2ª etapa - Constituição de uma segunda comissão para elaborar uma proposta preliminar de PDI 2010-2019, discutida com a comunidade universitária e com a sociedade. A comissão, com subsídios das Pró-reitorias, das Superintendências, das Secretarias e das Unidades Acadêmicas Especializadas, elaborou e disponibilizou a proposta preliminar no portal da UFRN e a enviou para todos os professores, todos os servidores e todos os estudantes solicitando sugestões e propostas através do endereço pdi@ufrnet.br.

3ª etapa - Discussão e acolhimento de propostas no âmbito da UFRN. Foram realizadas reuniões específicas em todos os Conselhos de Centros Acadêmicos (CONSECs), em todas as Unidades Acadêmicas Especializadas, nos 3 órgãos representativos de categorias (ADURN, SINTEST e DCE) e no Fórum de Gestores da UFRN. A metodologia adotada consistiu na apresentação detalhada do PDI contendo os pontos principais do Plano para que os participantes apresentassem críticas e sugestões ao PDI além de uma síntese impressa distribuída para todos os presentes. Nesta fase, técnicos da PROPLAN registraram o debate com as propostas e sugestões apresentadas na discussão.

4ª etapa – Realização de Audiência Pública, para a qual foram convidados representantes da sociedade, setores dos poderes executivo, legislativo e judiciário, do setor produtivo e trabalhista, da sociedade civil, para que os participantes apresentassem críticas e sugestões ao PDI 2010-2019.

5ª etapa – A comissão analisou e sistematizou todas as propostas que foram enviadas por e-mail e apresentadas nos debates para consolidar o texto do PDI a ser apresentado ao Conselho Universitário - CONSUNI.

6ª etapa - Apreciação e aprovação do PDI pelo Conselho Universitário da UFRN – CONSUNI.

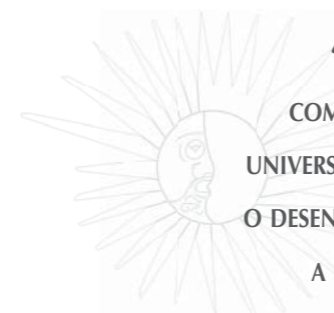
Com sua aprovação, o Plano de Desenvolvimento Institucional vai nortear os planos gestores da administração central e dos centros acadêmicos, os planos trienais dos departamentos acadêmicos e das unidades acadêmicas especializadas, os projetos políticos pedagógicos dos cursos e as ações futuras da UFRN no período 2010-2019.

SUMÁRIO

1. MISSÃO **9**
2. PERFIL INSTITUCIONAL **13**
 - Histórico e Situação Atual **14**
 - Organização Administrativa e Estrutura Física **16**
 - Indicadores de Desempenho **16**
 - Análise Situacional **18**
 - Programas Estratégicos **23**
3. O PAPEL DA UNIVERSIDADE NA CONTEMPORANEIDADE **27**
4. VISÃO DE FUTURO **35**
5. OBJETIVOS **39**
6. METAS GLOBAIS **43**
7. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL **53**
 - 7.1 - POLÍTICA DE ENSINO **55**
 - Graduação **55**
 - Educação a Distância **56**
 - Pós-graduação **58**
 - 7.2 - POLÍTICA DE PESQUISA **59**
 - 7.3 - POLÍTICA DE EXTENSÃO **60**
 - 7.4 - POLÍTICA DE GESTÃO **62**
 - 7.5 - RESPONSABILIDADE SOCIAL **66**
8. ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS **69**
9. CORPO DOCENTE **73**
10. CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO **77**
11. CORPO DISCENTE **81**
12. SUSTENTABILIDADE FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIA **85**
13. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO **89**

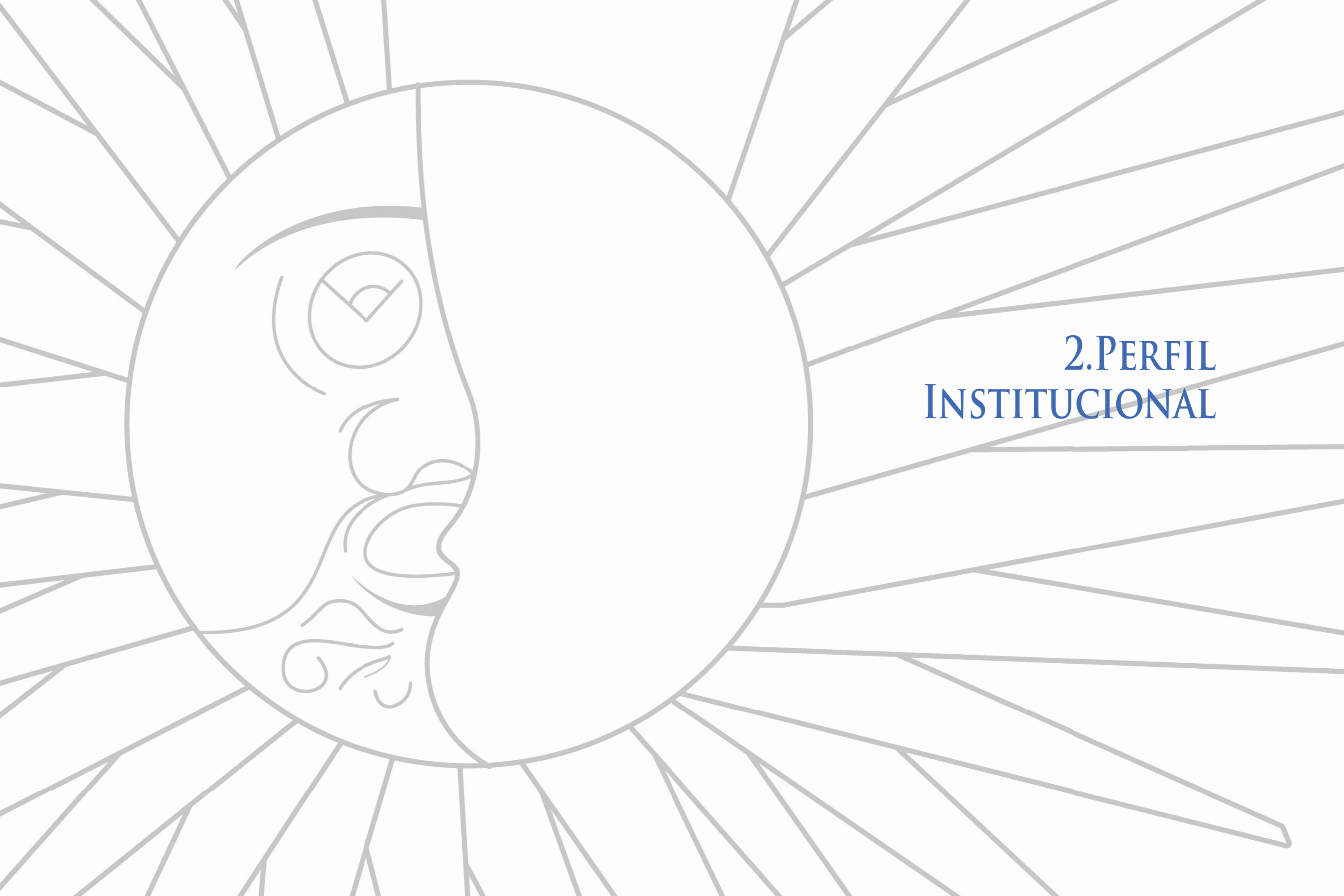


1. MISSÃO



“A MISSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, COMO INSTITUIÇÃO PÚBLICA, É EDUCAR, PRODUZIR E DISSEMINAR O SABER UNIVERSAL, PRESERVAR E DIFUNDIR AS ARTES E A CULTURA, E CONTRIBUIR PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO, COMPROMETENDO-SE COM A JUSTIÇA SOCIAL, A SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL, A DEMOCRACIA E A CIDADANIA.”





2. PERFIL INSTITUCIONAL

HISTÓRICO E SITUAÇÃO ATUAL

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN - origina-se da Universidade do Rio Grande do Norte, criada pela Lei Estadual nº 2307, de 25 de junho de 1958, e federalizada pela Lei nº 3849, de 18 de dezembro de 1960. Foi instalada em 21 de março de 1959 e constituída a partir de faculdades e escolas de nível superior já existentes em Natal, como a Faculdade de Farmácia e Odontologia, a Faculdade de Direito, a Faculdade de Medicina, a Escola de Engenharia, entre outras.

A partir de 1968, com a reforma universitária, a UFRN passou por um processo de reorganização que marcou o fim das antigas faculdades e escolas e consolidou a atual estrutura organizacional.

Hoje, a UFRN está presente em 2 *campi* em Natal – Campus Central e Campus da Saúde - e 5 *campi* no interior: Campus de Caicó – CERES; Campus de Currais Novos – CERES; Campus do Cérebro – Instituto do Cérebro; Campus de Macaíba – Escola Agrícola de Jundiá e Campus de Santa Cruz – Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi, em 62 municípios com ações de extensão universitária e em 20 polos presenciais de apoio à educação a distância, 12 localizados no Rio Grande do Norte e 8 em outros estados: Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

A UFRN oferece educação básica, com diversos cursos técnicos (médio profissional), através da Escola Agrícola de Jundiá, da Escola de Enfermagem e da Escola de Música, e ensino infantil, através do Núcleo de Educação Infantil/Colégio de Aplicação.

Atualmente, a UFRN conta com 78 cursos de graduação, sendo 71 na modalidade presencial e 7 cursos na modalidade a distância.

Nos últimos anos, a UFRN vem adotando inovações curriculares flexíveis com currículos integrados, promovendo a interação entre os conteúdos disciplinares e os níveis de formação. Exemplo disso é o modelo de curso do Bacharelado em Ciência e Tecnologia (BCT) que permite a construção de currículos ancorados no princípio da especialização progressiva e dissociados de formação profissional específica. Esse modelo possibilita ao aluno a adaptação de seu percurso formativo de acordo com os seus interesses.

A UFRN conta com 21 cursos de residência médica e 74 cursos de pós-graduação *stricto sensu*, sendo 46 em nível de mestrado, 28 em nível de doutorado.

Em relação às áreas de pesquisa e de pós-graduação, a UFRN coordena o maior grupo de projetos de pesquisa e de cursos de pós-graduação no estado do Rio Grande do Norte, sendo responsável por 45% das matrículas no Ensino Superior e por 92% das matrículas nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

Em 2003, foi instituída a Pró-Reitoria de Pesquisa, por desmembramento da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. A promulgação da Lei de Inovação Tecnológica em 2004 e sua regulamentação em 2005 passaram a demandar ações e marcos regulatórios institucionais para dar amparo legal à atuação da UFRN nessa área. Assim, foram aprovadas resoluções normalizando a Propriedade Intelectual e a Criação, Registro e Funcionamento de Grupos de Pesquisa na UFRN em 2008. Ainda naquele ano, foi criada a Central de Empresas Juniores e o Núcleo de Inovação Tecnológica.

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, para viabilizar relações transformadoras entre

a universidade e a sociedade. A prática extensionista é realizada consoante as linhas de ação da Extensão Universitária na UFRN: Educação e Inclusão Social, Políticas Públicas e Cidadania, Desenvolvimento Econômico e Social e Produção e Preservação da Cultura. No cenário educacional, a UFRN tem se destacado pelas parcerias realizadas com os sistemas estadual e municipais de educação, pela valorização do patrimônio cultural e pela execução de ações na área de educação de jovens e adultos.

A UFRN conta com 4 hospitais universitários, “Hospital Universitário Onofre Lopes - HUOL”, “Maternidade Escola Januário Cicco - MEJC”, «Hospital de Pediatria Heriberto Bezerra - HOSPED” e “Hospital Universitário Ana Bezerra - HUAB”, os quais se tornaram referências no atendimento de média e alta complexidade para a população de mais de 3 milhões de habitantes no estado do Rio Grande do Norte, fornecendo suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Nos últimos anos, as unidades desse complexo hospitalar têm vivenciado muitas mudanças, seja para se adaptar às reestruturações curriculares dos cursos da área da saúde, seja para incorporar as novas tecnologias médicas. Essa realidade tem evidenciado a necessidade de dotar o complexo hospitalar de recursos organizacionais e financeiros com vistas a melhor atender as demandas acadêmicas e melhorar a prestação de serviços.

O Núcleo de Pesquisa em Alimentos e Medicamentos – NUPLAM - tem como finalidade a produção, distribuição e comercialização de medicamentos e insumos para os programas governamentais de assistência farmacêutica em articulação com o ensino e a pesquisa.

A UFRN desenvolveu e mantém sistemas integrados de informação de última geração, para atender às áreas acadêmica, administrativa e de recursos humanos – Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC) e Sistema Integrado de Gestão, Planejamento e de Recursos Humanos (SIGPRH). Esses sistemas são importantes ferramentas na modernização da gestão e no processo de planejamento e são compartilhados por um número crescente de outras IFES e outros órgãos federais, como o Ministério da Justiça e as Polícias Federal e Rodoviária Federal.

A comunicação com a sociedade é promovida pela Superintendência de Comunicação, formada pela Agência de Comunicação (AGECOM), pela Televisão Universitária do Rio Grande do Norte (TVU), pela Rádio FM Universitária (FMU) e pela Editora Universitária (EDUFRN).

Em 1999, a UFRN implantou a Ouvidoria, com objetivo de contribuir para o desenvolvimento institucional e para a defesa dos direitos dos usuários, constituindo-se em um importante canal de comunicação entre a instituição e a comunidade interna e externa. No período de 1999 a 2009, a Ouvidoria recebeu mais de 5 mil manifestações, incluindo consultas, reclamações, elogios, sugestões, críticas, sendo 54% oriundas da comunidade externa e 46% da comunidade universitária.

O Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte é composto pela Biblioteca Central e 19 bibliotecas setoriais. A política de desenvolvimento do acervo tem sido firmada com base nas indicações das bibliografias básicas e complementares enviadas pelas unidades acadêmicas e de ensino, via Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA).

EM RELAÇÃO ÀS ÁREAS DE PESQUISA E DE PÓS-GRADUAÇÃO, A UFRN COORDENA O MAIOR GRUPO DE PROJETOS DE PESQUISA E DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, SENDO RESPONSÁVEL POR 45% DAS MATRÍCULAS NO ENSINO SUPERIOR E POR 92% DAS MATRÍCULAS NOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*.

A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN - ORIGINA-SE DA UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO NORTE, CRIADA PELA LEI ESTADUAL Nº 2307, DE 25 DE JUNHO DE 1958, E FEDERALIZADA PELA LEI Nº 3849, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1960. FOI INSTALADA EM 21 DE MARÇO DE 1959 E CONSTITUÍDA A PARTIR DE FACULDADES E ESCOLAS DE NÍVEL SUPERIOR JÁ EXISTENTES EM NATAL, COMO A FACULDADE DE FARMÁCIA E ODONTOLOGIA, A FACULDADE DE DIREITO, A FACULDADE DE MEDICINA, A ESCOLA DE ENGENHARIA, ENTRE OUTRAS.

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E ESTRUTURA FÍSICA

A administração universitária é feita por seus órgãos colegiados deliberativos e por seus órgãos executivos, nos níveis da administração central, acadêmica e suplementar, em que se desdobra a sua estrutura organizacional, objetivando a integração e a articulação dos diversos órgãos situados em cada nível.

São quatro os Conselhos Superiores da UFRN: Conselho Universitário - CONSUNI; Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE; Conselho de Administração - CONSAD; e Conselho de Curadores - CONCURA.

O Conselho Universitário - CONSUNI - é o órgão máximo da Universidade, com funções normativas, deliberativas e de planejamento. O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE - é o órgão superior com funções deliberativas, normativas e consultivas sobre matéria acadêmica, didático-pedagógica, científica, cultural e artística, é a última instância de deliberação para recursos nessas áreas. O Conselho de Administração - CONSAD - é o órgão superior com funções deliberativas, normativas e consultivas sobre matéria administrativa, orçamentária, financeira, patrimonial e de política de recursos humanos, ressalvada a competência do Conselho de Curadores, é a última instância de deliberação para recursos nessas áreas. O Conselho de Curadores - CONCURA - é o órgão superior de acompanhamento e fiscalização das atividades de natureza econômica, financeira, contábil e patrimonial da Universidade.

A UFRN está estruturada em 7 campi. A administração central é composta por reitoria, 7 pró-reitorias, 2 secretarias acadêmicas e 3 superintendências. A área acadêmica é composta por 8 centros acadêmicos, com 67 departamentos, 4 unidades acadêmicas especializadas, 3 escolas de ensino técnico e 1 escola de ensino fundamental. Possui 4 hospitais universitários, 1 laboratório de produção de medicamentos, uma emissora de televisão educativa em canal aberto e uma rádio em frequência modulada.

A atual infraestrutura física da UFRN compreende 245.457 m² de área construída, sendo 140.281 m² em edificações acadêmicas, 46.734 m² em edificações do complexo hospitalar e 19.545 m² em edificações administrativas.

INDICADORES DE DESEMPENHO

No período de 1999 a 2009, incluindo a execução do primeiro Plano de Desenvolvimento Institucional, houve grande expansão da UFRN, apesar da diminuição do quadro funcional de servidores técnico-administrativos e do pequeno crescimento do quadro permanente docente, esse último apenas no ano de 2009.

Como pode ser visto na Tabela 1, o número total de estudantes cresceu 72,6%, passando de 19.242 em 1999 para 33.216 em 2009 e o número total de cursos regulares ofertados aumentou em 37,4%, passando de 163 em 1999 para 224 em 2009. No mesmo período, o quadro permanente docente cresceu apenas 9,4%. Se considerarmos o ano de 2008, o número de professores decresceu em 3,9%.

TABELA 1 - INDICADORES DE DESEMPENHO 1999 - 2009

INDICADORES	1999	2004	2008	2009	2009/1999 %
NÚMERO DE ALUNOS					
GRADUAÇÃO PRESENCIAL	15.763	18.308	21.220	22.607	43,4
GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA	-	-	2.397	2.708	
SUBTOTAL GRADUAÇÃO	15.763	18.308	23.617	25.315	60,6
PÓS-GRADUAÇÃO (MESTRADO)	781	1.621	1.879	2.581	230,5
PÓS-GRADUAÇÃO (DOUTORADO)	133	587	789	812	510,5
PÓS-GRADUAÇÃO (ESPECIALIZAÇÃO)	1.640	1.996	2.252	2.751	67,7
PÓS-GRADUAÇÃO (RESIDÊNCIA MÉDICA)	70	96	132	130	85,7
SUBTOTAL PÓS-GRADUAÇÃO	2.624	4.300	5.052	6.274	139,1
ENSINO MÉDIO PROFISSIONALIZANTE	194	1.853	888	919	373,7
ENSINO MÉDIO	242	317	351	351	45,0
EDUCAÇÃO INFANTIL	419	314	324	357	-14,8
SUBTOTAL INFANTIL E MÉDIO	855	2.484	1.563	1.627	90,3
TOTAL	19.242	25.092	30.232	33.216	72,6
NÚMERO DE CURSOS					
GRADUAÇÃO PRESENCIAL	52	53	69	71	36,5
GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA	-	-	5	7	-
SUBTOTAL GRADUAÇÃO	52	53	74	78	50,0
PÓS-GRADUAÇÃO (MESTRADO)	26	37	43	46	76,9
PÓS-GRADUAÇÃO (DOUTORADO)	7	14	24	28	300,0
PÓS-GRADUAÇÃO (ESPECIALIZAÇÃO)	65	57	40	43	-33,8
PÓS-GRADUAÇÃO (RESIDÊNCIA MÉDICA)	9	13	22	21	133,3
SUBTOTAL PÓS-GRADUAÇÃO	107	121	129	138	29,0
ENSINO MÉDIO PROFISSIONALIZANTE	1	5	6	6	500,0
ENSINO MÉDIO	1	1	1	1	0,0
EDUCAÇÃO INFANTIL	2	2	2	2	0,0
SUBTOTAL INFANTIL E MÉDIO	4	8	9	9	125,0
TOTAL	163	210	212	225	38,0
GRUPOS DE PESQUISA	96	156	181	204	112,5
PROJETOS DE PESQUISA	559	871	1.262	1.352	141,9
AÇÕES DE EXTENSÃO	526	596	593	945	79,7
OUTROS DADOS					
QUADRO DE DOCENTES PERMANENTES	1.495	1.401	1.436	1.635	9,4
TITULAÇÃO DE DOCENTES (MESTRES)	543	474	358	386	-28,9
TITULAÇÃO DE DOCENTES (DOUTORES)	368	613	848	1.074	191,8
QUADRO DE TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS	3.513	3.223	3.103	3.108	-11,5
ORÇAMENTO DE CUSTEIO E INVESTIMENTO (RECURSOS DO TESOURO)*	19.497.890	25.867.896	36.646.836	45.194.378	131,8

(*) Despesas realizadas

A UFRN ESTÁ ESTRUTURADA EM 7 CAMPI. A ADMINISTRAÇÃO CENTRAL É COMPOSTA POR REITORIA, 7 PRÓ-REITORIAS, 2 SECRETARIAS ACADÊMICAS E 3 SUPERINTENDÊNCIAS. A ÁREA ACADÊMICA É COMPOSTA POR 8 CENTROS ACADÊMICOS, COM 67 DEPARTAMENTOS, 4 UNIDADES ACADÊMICAS ESPECIALIZADAS, 3 ESCOLAS DE ENSINO TÉCNICO E 1 ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL. POSSUI 4 HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS, 1 LABORATÓRIO DE PRODUÇÃO DE MEDICAMENTOS, UMA EMISSORA DE TELEVISÃO EDUCATIVA EM CANAL ABERTO E UMA RÁDIO EM FREQUÊNCIA MODULADA.

ANÁLISE SITUACIONAL

A expansão da universidade se deu com evidente melhoria da qualidade, fruto da determinação e qualificação do conjunto de professores e servidores da UFRN.

No ensino de graduação presencial, dos 44 cursos avaliados pelo Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE - 28 (63,6%) obtiveram conceito 4 ou 5. A média geral dos cursos foi 3,8. Engenharia de Computação, Biomedicina, Odontologia, Engenharia Civil, Pedagogia (Natal), Administração, Comunicação Social (Radialismo), Direito (Natal), Psicologia e Turismo obtiveram o conceito máximo.

No ensino de pós-graduação, a média da avaliação pela CAPES foi de 3,9, com 9 programas conceituados em 5 ou 6. São eles: Ciência e Engenharia de Materiais, Física, Biotecnologia Industrial/Saúde, Ciências da Saúde, Educação, Engenharia Química, Psicobiologia e Psicologia Social.

A UFRN obteve a 2ª melhor colocação Índice Geral de Cursos (IGC) entre todas as universidades das regiões Norte e Nordeste, aferido no triênio 2006-2007-2008. O IGC é um indicador de qualidade de instituições de educação superior que considera, em sua composição, a qualidade dos cursos de graduação e de pós-graduação (mestrado e doutorado).

A qualidade do ensino se difunde também na pesquisa científica e na pesquisa tecnológica. Segundo o índice SIR – Scimago Institutions Rankings (www.scimagoir.com), que avalia as instituições de Ensino Superior pela atividade de pesquisa, a UFRN foi classificada em 78º lugar entre 607 universidades iberoamericanas, em 35º lugar entre 489 universidades latino-americanas e do Caribe e em 20º lugar em 109 universidades brasileiras.

Diversos setores da UFRN têm se destacado com inovações tecnológicas, seja com produtos, serviços ou processos.

Na área de Energia, Petróleo e Meio Ambiente, pesquisadores têm contribuído com inovadores métodos e técnicas na sondagem de petróleo, na otimização do processo de extração, na automação, na otimização e reaproveitamento de insumos e recursos naturais, na formulação de cimentos especiais, na produção de bioetanol, entre outros. A UFRN é um polo de excelência na área, considerado o segundo mais importante no Brasil.

Na área de Saneamento Básico, destaca-se o tratamento e reuso de esgotos tratados para irrigação e hidroponia. A UFRN é reconhecida por deter o maior conhecimento sobre hidroponia forrageira com esgotos tratados em nível internacional.

No setor de Fármacos e Medicamentos, pesquisadores desenvolvem fitoterápicos à base de plantas nativas, medicamentos de uso pediátrico para o tratamento da tuberculose, inexistentes no país, e fármacos utilizando um polímero oriundo de resíduos da carcinicultura.

Na área de Políticas Públicas, destaca-se o desenvolvimento do “Atlas Eletrônico Interativo da Região Metropolitana do Natal”, um conjunto de mapas temáticos que explicita as desigualdades socioespaciais e proporciona subsídios, orientações e monitoramento às políticas públicas.

Em Genômica, pesquisadores identificaram genes associados ao processo de florescimento precoce da cana-de-açúcar. A retardamento do florescimento pode aumentar em até 60% a produção de açúcar e álcool. O controle desses genes tem evidente relevância social e econômica.

A UFRN OBTVEU A 2ª MELHOR COLOCAÇÃO ÍNDICE GERAL DE CURSOS (IGC) ENTRE TODAS AS UNIVERSIDADES DAS REGIÕES NORTE E NORDESTE, AFERIDO NO TRIÊNIO 2006-2007-2008.



Na área de Engenharia de Materiais, destacam-se os projetos em cerâmica estrutural, desenvolvidos em parceria com as indústrias, células a combustíveis, materiais compósitos, nanomateriais e cimentos para a indústria do petróleo. Materiais compósitos para tubulações, com reforço de nanopartículas de características especiais, têm sido também objeto de pesquisa e transferência de tecnologia para o setor industrial.

Em Neurociências, destaca-se a parceria com o Instituto Internacional de Neurociências de Natal Edmond e Lily Safra (IINN-ELS). As aplicações práticas mais promissoras são as interfaces cérebro-máquina, o desenvolvimento de modelos experimentais e de técnicas para o tratamento dos sintomas de doença de Parkinson inéditos no país e a implantação de laboratórios de neurobiologia celular e molecular para o estudo de plasticidade neural, neurogênese e desenvolvimento neural.

A UFRN vem avançando consideravelmente na modernização da gestão através da informatização dos sistemas SIGAA (área acadêmica), SIPAC (finanças, patrimônio e contratos) e SIGPRH (planejamento e recursos humanos). Os sistemas são utilizados de maneira abrangente na UFRN e fazem parte do dia a dia dos servidores e alunos. A tomada de decisões e criações de políticas estratégicas também são fortemente influenciadas por relatórios de gestão obtidos através dos referidos sistemas. Atualmente, a UFRN está desenvolvendo um Sistema Integrado de Gestão Eletrônica de Documentos (SIGED) para gerenciar eletronicamente os documentos gerados pela instituição e suportar digitalizações de documentos e processos. Esses produtos têm sido disponibilizados para diversos órgãos públicos, como o Ministério da Justiça, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e outras Universidades Federais, como a UFBA e a UFC.

AS AÇÕES DE EXTENSÃO NA UFRN, APESAR DE INSTITUCIONALIZADAS, TÊM POUCOS MECANISMOS INDUTORES DE VALORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO, ACARRETANDO POR OUTRO LADO TAMBÉM UM RECONHECIMENTO FRÁGIL POR PARTE DO PÚBLICO.

Por outro lado, ainda há desafios e fragilidades que necessitam ser superados, conforme descrito a seguir.

- A taxa de sucesso no ensino de graduação indica algumas dificuldades no percurso acadêmico do aluno no curso, de acordo com o tempo médio previsto no projeto pedagógico do curso. Observa-se uma retenção dos alunos, sobretudo, nos primeiros anos da formação acadêmica. Essa realidade é mais evidente nos cursos da área tecnológica e das ciências exatas. Entre esses, apresentam-se com maior frequência: currículos de cursos com estruturas rígidas, muitos pré-requisitos, prejudicando o fluxo acadêmico do aluno, orientação acadêmica fragilizada, necessidade do ingresso do aluno no mercado de trabalho, o que incompatibiliza a continuidade dos estudos. Entretanto, há indícios fortes de que as reprovações, o insucesso na aprendizagem e na escolha do curso podem ser fatores que contribuem para a evasão do aluno. Segundo os dados do PINGIFES-2009, a UFRN apresenta uma taxa de conclusão média nos cursos de graduação de 69%. Conforme dados da Comissão Permanente de Vestibular - COMPERVE/UFRN -, 49,6% dos alunos são oriundos de famílias que têm uma renda mensal de até 5 salários mínimos. Isso significa que a maioria desses alunos necessita trabalhar para arcar com as despesas pessoais. De acordo com o Censo de Educação Superior de 2009, 68% dos cursos da UFRN funcionam em tempo integral, impossibilitando o aluno de exercer uma atividade produtiva.

- As ações de extensão na UFRN, apesar de institucionalizadas, têm poucos mecanismos indutores de valorização da instituição, acarretando por outro lado também um reconhecimento frágil por parte do público. Enfrentam problemas que limitam sua qualificação e expansão e se apresentam como desafios a superar. Esses problemas refletem a pouca atenção que, historicamente, lhes foi dada no âmbito da educação superior, expressa na: insuficiência de financiamento; pouca valorização das ações de extensão na avaliação institucional, em relação à pesquisa e ao ensino; falta de uma cultura acadêmica do fazer extensionista como atividade do processo de ensino-aprendizagem; inexistência de programa regular de bolsas de extensão e limitação do debate teórico sobre o significado da extensão como prática acadêmica, indissociada do ensino e da pesquisa. Esses fatores, acima mencionados, redundam em baixa participação de docentes e discentes nas ações de extensão e comprometem o propósito de assegurar uma formação vinculada à realidade social através do envolvimento do conjunto dos docentes e dos estudantes em atividades junto às comunidades, aos serviços e às organizações sociais. A incipiência de componente curricular de extensão na maioria dos cursos é reflexo dessa baixa valorização.

- Os espaços de convivência para estudantes, professores e técnicos são insuficientes, como também há insuficiência nas condições do transporte interno e no funcionamento de um serviço para atender aos alunos com dificuldades de aprendizagem. Essas insuficiências foram agravadas pela grande expansão da UFRN.

- Historicamente, as Instituições de Ensino Superior – IES - públicas, dentre elas a UFRN, vêm assumindo um papel de destaque na formação de professores, em níveis superior e de pós-graduação, para todos os segmentos da educação básica. A articulação dessas ações, na UFRN, tem acontecido não só quanto à formação inicial e continuada de professores, mas em programas para a alfabetização de jovens e adultos, educação infantil, formação de gestores, no acesso e inclusão dos alunos da rede pública na universidade, entre outras.

No entanto, embora essas articulações tenham promovido impactos quantitativos nos processos formativos profissionais e na melhoria do ensino-aprendizagem nas escolas públicas não têm se caracterizado como uma efetiva política institucional de colaboração recíproca e permanente entre as instituições de Educação Básica e de Educação Superior. Uma visível implicação da universalização do acesso refere-se ao deficiente quadro de professores qualificados para atender a essa expansão. Segundo estudo da Comissão Especial do CNE/CEB (2007), o Brasil necessita hoje de 235 mil professores para o ensino médio, particularmente nas disciplinas de Física, Química, Matemática e Biologia. Assim, o estabelecimento de uma política efetiva articulando a UFRN e as Secretarias Estadual e Municipais de Educação contribuirá para o enfrentamento dos problemas históricos que atingem a educação básica no país e no Rio Grande do Norte.

- Há dificuldades na área de licitação e contratos. Na fase interna, quando são preparados os editais, a quantidade de pessoal técnico capacitado para elaborar os projetos básicos é desproporcional à quantidade de processos licitatórios. Na fase externa, iniciada com a publicação dos editais em 2009, foram 06 pregoeiros, 02 deles acumulando as licitações de obras (Concorrências e Tomadas de Preços). O problema se amplia com as competições entre os licitantes, os recursos, as impugnações. Os problemas são decorrentes de uma legislação que não respeita a autonomia das universidades federais e suas especificidades como instituições de educação superior, tratando-as como se fossem uma instituição pública qualquer. Os contratos de obras têm sido bem acompanhados sob o ponto de vista do controle da vigência e dos aditivos de prazo e de valor. Entretanto, é preciso melhorar o controle das notificações e a aplicação de penalidades às empresas que descumprem cláusulas contratuais.

- O processo de planejamento na instituição se estrutura em três níveis hierárquicos: (1) planejamento em longo prazo no que diz respeito ao todo da instituição, formalizado no PDI e no plano de gestão; (2) em nível intermediário, há os planos de ação dos centros acadêmicos e dos hospitais universitários; (3) em nível operativo, os planos trienais dos departamentos acadêmicos, os projetos pedagógicos dos cursos e os projetos de pesquisa e extensão. Apesar de todo o suporte ao processo de planejamento, como os sistemas integrados acadêmicos e administrativos, além da avaliação institucional, falta uma cultura de processo de planejamento para acompanhar e controlar, a qual integre todas as informações em torno de uma visão global da instituição e supere a visão fragmentada das partes.

- Não obstante a instância administrativa responsável pelas relações internacionais ter passado por significativas mudanças nos últimos anos, o processo de internacionalização é incipiente e evidenciado em grande parte dos programas de pós-graduação. A Assessoria de Assuntos Internacionais passa por uma transição, saindo de uma posição reativa com ações *ad hoc* para uma política proativa, com ações e procedimentos definidos em diversas áreas. Essa transição se deu com bastante esforço e não está ainda completa, necessitando de reestruturação para atender: (1) à inserção da UFRN como instituição parceira no cenário internacional; (2) à organização e ao incremento da mobilidade estudantil, em especial em nível de graduação; (3) ao estabelecimento, acompanhamento e divulgação de acordos de cooperação internacional; (4) à divulgação de oportunidades para a comunidade universitária; (5) à definição de procedimentos e preparação de uma equipe capaz de realizar esse trabalho de maneira organizada e eficiente.

HÁ DIFICULDADES NA ÁREA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS. NA FASE INTERNA, QUANDO SÃO PREPARADOS OS EDITAIS, A QUANTIDADE DE PESSOAL TÉCNICO CAPACITADO PARA ELABORAR OS PROJETOS BÁSICOS É DESPROPORCIONAL À QUANTIDADE DE PROCESSOS LICITATÓRIOS.



NOS ÚLTIMOS ANOS, A UFRN VEM DESENVOLVENDO AÇÕES ESTRUTURANTES PARA AVANÇAR NA BUSCA DA QUALIDADE E NA INTERNACIONALIZAÇÃO, COM DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA, INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, INCLUSÃO SOCIAL E O FORTALECIMENTO DA INTERAÇÃO COM A SOCIEDADE E GOVERNOS.

- A estrutura de comunicação da UFRN é composta por uma emissora de TV aberta, uma emissora em frequência modulada e uma agência de comunicação. Conta também com uma Ouvidoria e com diversos meios e canais de publicizar suas atividades e manter comunicação com público interno e externo. São exemplos os portais da UFRN, o Sistema Integrado de Gerenciamento de Administração Acadêmica, os jornais impressos etc. Contudo, com o aumento da complexidade organizativa da UFRN, torna-se necessária uma reestruturação nos processos de comunicação para aumentar sua eficácia.
- A UFRN mantém programas de gestão de resíduos, controle de qualidade da água fornecida para consumo humano na UFRN, controle de zoonoses, eficiência energética e comunicação e educação ambiental. Conta também com uma estação responsável pelo tratamento e reuso de esgotos para irrigação e hidroponia e uma unidade de armazenamento temporário de resíduos para receber resíduos químicos e resíduos sólidos destinados à coleta seletiva solidária. Não obstante, a UFRN não instuiu ainda um Sistema Integrado de Gestão Ambiental, que possa identificar os problemas ambientais da Instituição e estabelecer um plano de melhoria contínua na atenuação ou eliminação desses problemas através de uma Política Ambiental da UFRN.

PROGRAMAS ESTRATÉGICOS

No seu esforço de internacionalização, a UFRN vem aumentando a cooperação interinstitucional. Hoje, mantém convênios de cooperação técnica institucional com mais de 70 universidades estrangeiras e participa de redes de cooperação, tais como a Rede Coimbra, com 50 universidades brasileiras, cujo foco é a internacionalização e o Grupo de Tordesillas, o qual reúne universidades brasileiras, portuguesas e espanholas, objetivando o intercâmbio e a aproximação do Ensino Superior dos países.

Nos últimos anos, a UFRN vem desenvolvendo ações estruturantes para avançar na busca da qualidade e na internacionalização, com desenvolvimento da ciência, inovação tecnológica, inclusão social e o fortalecimento da interação com a sociedade e governos. Essas iniciativas criam cenários academicamente estruturantes, envolvem a interação entre as grandes áreas do conhecimento e abrem inúmeras possibilidades de atuação futura. Diversos programas e parcerias foram criados, como os descritos a seguir.

- **Plano de Reestruturação e Expansão da UFRN – REUNI.** O Reuni-UFRN, aprovado para o período de 2008-2012 pelo Ministério da Educação, prevê a criação de novos cursos de graduação e pós-graduação e ampliação do número de alunos para 45.000 até 2012. Estabelece ampliação das políticas de assistência estudantil, mobilidade de estudantes e professores, inovações curriculares e inclusão social e contratação de novos professores e técnico-administrativos.

- **Instituto do Cérebro da UFRN.** Fruto de parceria com o Internacional de Neurociências de Natal Edmond e Lily Safra – Associação Alberto Santos Dumont para Apoio à Pesquisa (AASDAP), está sediado no Campus do Cérebro em Macaíba e é voltado para o desenvolvimento de tecnologias para recuperação da função do sistema nervoso e a interação cérebro-máquina; abrange curso de doutorado, estágio pós-doutoral e pesquisa científica e tecnológica de ponta associada a projeto social de educação para ciência e atendimento à saúde materno-infantil para a população.

- **Instituto Internacional de Física da UFRN.** Tem por missão promover e propiciar a troca de conhecimentos científicos com a comunidade internacional. Seus objetivos permanentes são desenvolver e realizar pesquisa científica na fronteira do conhecimento na sua área de atuação e atuar decisivamente em prol do desenvolvimento científico do País, servindo, no seu domínio de conhecimento, como ligação entre os setores de pesquisa básica e aplicada em áreas estratégicas para a economia brasileira.



▪ **Metrópole Digital.** Integra inclusão social de jovens do ensino básico com pós-graduação, pesquisa e inovação em tecnologia da informação. Este projeto inclui também um curso de engenharia de *software*, cujo principal objetivo é oferecer formação superior aos estudantes. A concepção do projeto é autossustentável, aliando o setor produtivo à academia, com vistas à incubação de empresas e à implantação de um parque tecnológico.

▪ **Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs).** A UFRN coordena 3 institutos: Comunicação Sem Fio (INCT-CSF), Interface Cérebro-Máquina (INCEMAQ), em parceria com a Associação Alberto Santos Dumont para Apoio à Pesquisa (AASDAP), e Ciências do Espaço (INEspaço), em parceria com o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA).

▪ **Núcleo de Petróleo e Energias Renováveis.** Um dos mais importantes polos de excelência do Brasil. Já formou mais de 1.000 profissionais em nível de graduação e pós-graduação. Mantém 40 laboratórios de ensino e pesquisa e abriga 5 Programas de Recursos Humanos da Agência Nacional do Petróleo, em forte parceria com a Petrobras.

▪ **Instituto de Línguas, Literaturas e Culturas Modernas - ÁGORA.** Oferta de cursos de línguas estrangeiras aos professores, técnico-administrativos e alunos da UFRN e cursos de língua portuguesa a professores e estudantes estrangeiros. O Ágora atuará com todas as atividades referentes ao ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras, podendo atender a necessidades específicas de ensino, pesquisa e extensão. Esse dinamismo contribuirá para a formação de um grupo de excelência na região e para maior visibilidade da UFRN em seu esforço de internacionalização.

▪ **Secretaria de Educação a Distância - SEDIS.** A UFRN tem cerca de 3.000 alunos matriculados em 7 cursos, com 20 polos para apoio às atividades acadêmicas. A Educação a Distância cumpre os importantes papéis de ampliar a atuação da Universidade por meio da interiorização e de introduzir e disseminar novas tecnologias de informação e comunicação para todo sistema de ensino da UFRN.

▪ **Instituto de Medicina Tropical do Rio Grande do Norte - IMTRN.** O objetivo principal é consolidar, em doenças infecciosas, a extensão, o ensino e a pesquisa. O alvo estratégico é a formação de recursos humanos altamente qualificados em ciência e tecnologia na área médica e geração de um centro para diagnóstico, tratamento e pesquisa, particularmente na área das doenças negligenciadas por centros de regiões mais desenvolvidas. Essas doenças são também prevalentes na África e Ásia.



▪ **Instituto de Desenvolvimento de Estudos Interdisciplinares Avançados – IDEIA** (em projeto). O Instituto deve atuar em dois eixos: (a) a articulação com instituições internacionais objetivando intercâmbio entre pesquisadores, intelectuais, artistas com vistas à internacionalização e (b) a articulação entre comunidade acadêmica da UFRN e de outras IES visando ao conhecimento multidisciplinar do Rio Grande do Norte e à proposição de políticas de desenvolvimento regional.

▪ **Programa de Reestruturação dos Hospitais Universitários da UFRN – REHUF.** Objetiva criar condições materiais e institucionais para que os hospitais universitários possam desempenhar plenamente suas funções em relação às dimensões de ensino, pesquisa e extensão e à dimensão da assistência de média e alta complexidade ao Sistema Único de Saúde.

▪ **Programa de Estudos e Proposições sobre o Semiárido** (em projeto). Visa à institucionalização de estudos sistemáticos para dar respostas aos desafios de articulação, geração de conhecimentos e proposição de políticas para o desenvolvimento sustentável do Semiárido. Inicialmente, o Programa será composto por pesquisadores vinculados ao Núcleo Temático da Seca e a diversos Programas de Pós-Graduação, como Desenvolvimento e Meio Ambiente, Ciências Climáticas, Ciências Sociais e Produção Animal.

▪ **Programa Institucional de Formação Continuada de Professores das Redes de Ensino Básico.** Objetiva institucionalizar o compromisso social da UFRN com a melhoria do Ensino Básico Público em articulação com a rede pública de educação e com a rede de formação de professores, como a UFERSA, o IFRN e a UERN. O Programa organiza e oferece cursos específicos em áreas demandadas por secretarias de educação e escolas e elabora programas e projetos de ações continuadas com acompanhamento.

▪ **Programa de Desenvolvimento em Ciências Marinhas, Aquicultura e Pesca do Rio Grande do Norte** (em projeto). Visa à institucionalização de estudos sistemáticos para dar respostas aos desafios de articulação, geração de conhecimentos e proposição de políticas para o desenvolvimento sustentável dos recursos marinhos, da Aquicultura e da Pesca, mediante a consolidação de seus cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação. Dar estímulo às múltiplas formas de parcerias intra e interinstitucionais com vistas ao fortalecimento de ações articuladas em rede, direcionadas à ampliação do acesso às infraestruturas específicas existentes na difusão através de ações de extensão, das práticas de ensino e pesquisa direcionadas para a sociedade.





3. O PAPEL DA UNIVERSIDADE NA CONTEMPORANEIDADE



NA ATUAL “SOCIEDADE DO CONHECIMENTO”, A EDUCAÇÃO E A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO OCUPAM UM LUGAR ESTRATÉGICO NA CONSTRUÇÃO DE SOCIEDADES MAIS DEMOCRÁTICAS E IGUALITÁRIAS, COM DESENVOLVIMENTO SOCIALMENTE JUSTO E AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEL.

As sociedades humanas experimentaram profundas mudanças estruturais impulsionadas pelas intensas transformações científicas e tecnológicas acumuladas nas últimas décadas. A aplicação generalizada das novas tecnologias de comunicação e informação permitiu a constituição de sistemas financeiros e produtivos globalizados, a redefinição das formas tradicionais de organização e exercício do poder político e a difusão e a coexistência assimétrica de padrões multiculturais entre diferentes territórios e populações do mundo. Praticamente todas as dimensões da vida foram afetadas e surgiram novas referências de tempo e de espaço, que alteraram as formas de percepção e experiência humanas e implicaram a intensificação e a aceleração do ritmo e da abrangência das interações sociais e culturais.

Os processos produtivos dependem diretamente do uso de conhecimento de tecnologia inovadora. A revolução tecnológica permitiu a constituição de um novo paradigma econômico e produtivo, no qual a disponibilidade de conhecimento e informação concorre em importância com a existência de capital, trabalho, matérias-primas e energia. A produção de conhecimento passou a ser um diferencial de riqueza e de poder entre as nações. A ciência e a técnica estão entre as principais forças produtivas e a posse de conhecimentos e de informações determinam a distribuição e o exercício do poder entre os grupos e as classes sociais no interior das comunidades humanas e define a natureza da relação entre os diferentes países do mundo.

O uso em escala dessas tecnologias de informação e comunicação criou as condições técnicas para a globalização dos processos produtivos e financeiros. O ritmo acelerado das inovações tecnológicas e o avanço da automação do sistema produtivo transformaram as exigências de qualificação profissional. Contraditoriamente, no mundo do trabalho, coexistem antigas tendências à especialização e à fragmentação do processo de trabalho com novas tendências que requerem trabalho qualificado e cooperativo para a realização de várias modalidades de funções polivalentes. A flexibilidade passa a ser uma exigência imprescindível num ambiente produtivo e social marcado pela necessidade de permanente incorporação de novas tecnologias e processos e o desenvolvimento de novos produtos e serviços demandados por governos, empresas e movimentos sociais. A organização e difusão da forma e estrutura de redes de naturezas e abrangências variadas reforçam a exigência de flexibilidade nas sociedades contemporâneas.

Na atual “sociedade do conhecimento”, a educação e a produção do conhecimento ocupam um lugar estratégico na construção de sociedades mais democráticas e igualitárias, com desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente sustentável. Nesse contexto, as universidades se tornaram um lugar fundamental para a conquista e manutenção da hegemonia pelas classes sociais e blocos político-sociais. A produção científica, tecnológica e cultural está articulada com a disputa entre projetos de desenvolvimento nacional nas condições da globalização do mundo contemporâneo.

Para atender às demandas do sistema produtivo e das mudanças socioculturais, a produção do conhecimento atingiu crescimento e complexidade sem precedentes e provocou a intensificação das tendências de obsolescência das inovações tecnológicas. O conhecimento disciplinar revela-se insuficiente, pois a solução dos complexos problemas na sociedade contemporânea exige a mobilização e convergência de experiências das diversas áreas de conhecimento. A formação interdisciplinar torna-se uma exigência básica com a configuração de um novo modelo de ciência baseada na mudança, na incerteza e nas probabilidades.

É necessário educar para a constante mudança, através do desenvolvimento e da indução de habilidades e competências de uma racionalidade crítica que proporcione a disposição intelectual para a permanente mudança e produção de novos conhecimentos. O processo de formação educacional deve possibilitar o desenvolvimento de capacidade crítica e reflexiva, solução de problemas, adaptação a novas situações, selecionar informação relevante e produzir conhecimento para a tomada de decisão, em contextos de mudança tecnológica e sociocultural acelerada e permanente expansão do conhecimento. Para tanto, é imprescindível estimular a leitura e a escrita, fomentar o exercício do pensamento lógico e assegurar ampla e diferenciada formação cultural. A educação deve promover a formação de indivíduos criativos, capazes de criar conhecimento a partir de informações disponíveis e exercer de forma ampliada e crescente sua cidadania.

A Universidade do século XXI precisa encontrar e elaborar respostas a esse conjunto de novos desafios, que serão incorporadas às funções assumidas e acumuladas historicamente de preservar a cultura e o conhecimento universal, de propiciar formação profissional e de produzir ciência e tecnologia socialmente relevantes. A Universidade recuperará sua legitimidade e reconhecimento social ao se constituir como instituição social, que é o espaço por excelência para a produção do conhecimento e para a aprendizagem de novos conhecimentos. Para tanto, faz-se necessário encontrar uma nova estrutura de formação acadêmica e profissional e renovar suas práticas docentes com a incorporação de novas metodologias de ensino e das novas tecnologias de informação e comunicação.

A Universidade tem papel crucial na afirmação de um projeto de desenvolvimento e da soberania nacionais nas condições de globalização do mundo contemporâneo. A educação superior é responsável por parte substantiva da produção científica, tecnológica e cultural, que qualifica e diferencia a inserção internacional dos diferentes países. O acesso à educação superior representa uma conquista básica dos direitos de cidadania, tornando a democratização do saber uma das missões mais importantes da responsabilidade social da universidade.

A Conferência Mundial sobre Educação Superior, realizada pela UNESCO em julho de 2009 em Paris, considerou que o Ensino Superior é um bem público de responsabilidade de todos os governos. A Universidade constitui um imperativo estratégico para todos os níveis de ensino por desempenhar papel fundamental na pesquisa, inovação e criatividade nas sociedades contemporâneas, cabendo-lhe garantir a democratização do acesso para todos, aprimorar a qualidade acadêmica e engajar-se na luta por justiça social e democracia.

A Universidade deve recorrer às novas tecnologias e à Educação a Distância para ampliar e democratizar o acesso ao Ensino Superior e contribuir para superar o problema da falta de professores qualificados na Educação Básica. Para garantir o acesso e a permanência de todos os alunos, requer-se o apoio financeiro e a concessão de bolsas de estudo para prover as condições mínimas para uma formação acadêmica e profissional de qualidade. No contexto da globalização, a Universidade precisa empenhar-se na formação interdisciplinar de profissionais, professores e pesquisadores, por meio da integração dos diferentes campos de conhecimento e do intercâmbio regional e internacional entre estudantes, docentes e pesquisadores. A sua produção acadêmica deve dirigir-se para conhecer e equacionar ao mesmo tempo os problemas locais, regionais e globais.

Diante do agravamento das desigualdades econômico-sociais e regionais produzidas pela globalização, a UNESCO propõe que a Universidade assuma a responsabilidade social de contribuir ativamente para a redução das diferenças de desenvolvimento.

A UNIVERSIDADE TEM PAPEL CRUCIAL NA AFIRMAÇÃO DE UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO E DA SOBERANIA NACIONAIS NAS CONDIÇÕES DE GLOBALIZAÇÃO DO MUNDO CONTEMPORÂNEO. A EDUCAÇÃO SUPERIOR É RESPONSÁVEL POR PARTE SUBSTANTIVA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA E CULTURAL, QUE QUALIFICA E DIFERENCIA A INSERÇÃO INTERNACIONAL DOS DIFERENTES PAÍSES.

AS UNIVERSIDADES FEDERAIS E ESTADUAIS CONSTITUEM OS PRINCIPAIS CENTROS DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA E, POR ISSO, OCUPAM UM PAPEL ESTRATÉGICO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL E PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE MAIS DEMOCRÁTICA E MAIS IGUALITÁRIA NO BRASIL.

As propostas incluem a internacionalização da produção científica, tecnológica e cultural e a transferência de conhecimento entre fronteiras e em direção aos países pobres e emergentes. O Ensino Superior, assim, é uma ferramenta fundamental para combater a pobreza, erradicar a miséria e promover o desenvolvimento econômico e social, através da formação de cidadãos responsáveis e ativos na construção de sociedades orientadas a defender a paz, os direitos humanos e os valores da democracia.

Nas sociedades capitalistas modernas, a universidade incorporou às suas funções clássicas de produção e disseminação do conhecimento universal a responsabilidade pela formação profissional e pela produção científica e tecnológica, tornando-se uma instituição fundamental para o desenvolvimento econômico e social de todos os países.

A universidade brasileira surgiu muito tardiamente. As universidades federais foram criadas depois da segunda metade do século XX e somente a partir da década de 1970 organizou-se um sistema nacional de pesquisa e pós-graduação, baseado nas instituições públicas de Ensino Superior. As universidades federais e estaduais constituem os principais centros da produção científica e tecnológica e, por isso, ocupam um papel estratégico para o desenvolvimento econômico e social e para a construção de uma sociedade mais democrática e mais igualitária no Brasil.

Na maioria dos países desenvolvidos, dos países emergentes e mesmo de países sub-desenvolvidos, há um amplo predomínio de um modelo de educação superior que é financiada por recursos públicos e governamentais. O sistema universitário brasileiro, todavia, é um dos mais privatizados do mundo e apresenta uma diferenciação de papéis entre o setor público e o setor privado. O setor público conta com instituições com maior complexidade e consolidação acadêmicas, desenvolvendo de forma articulada o ensino, a pesquisa e a extensão universitária, enquanto o setor privado é composto na sua maioria por instituições que se dedicam fundamentalmente às atividades de ensino em áreas que requerem baixos investimentos de capital e pessoal qualificado e permitem elevadas taxas de lucratividade no atendimento das demandas por formação superior de caráter operacional e instrumental para as empresas e o mercado de trabalho.

No Brasil, as instituições de Ensino Superior públicas, sobretudo as universidades federais, são responsáveis pelo que há de melhor no ensino de pós-graduação e no desenvolvimento da pesquisa científica, representando um referencial de qualidade no ensino de graduação em todas as áreas de conhecimento e em todas as regiões do país.

A atuação das instituições federais de ensino superior (IFES) é indispensável para a democratização do acesso, para a ampliação do ensino de graduação, para a existência e o desenvolvimento da formação nas ciências humanas, artes e cultura e nas ciências básicas e para a formação de profissionais em áreas científicas e tecnológicas que são cruciais para um projeto de desenvolvimento nacional, que requer a modernização crescente e constante do setor produtivo e a existência de profissões que exigem avançado conteúdo científico e tecnológico.

As IFES são, também, campo privilegiado para a experiência de novos modelos de formação e inovação na estrutura acadêmica, com a criação dos bacharelados e licenciaturas interdisciplinares, formação em ciclos, novas tendências na organização da educação superior em vários países do mundo. A presença das universidades federais em todas as unidades da federação cria as condições para o desenvolvimento de uma política de pós-graduação e de pesquisa que contribua para um projeto de desenvolvimento econômico



e social que tenha por objetivo a superação das desigualdades regionais e para um melhor equilíbrio federativo.

No Brasil, com uma sociedade marcada por profundas desigualdades econômicas e sociais entre suas regiões e suas classes sociais, as IFES públicas são essenciais para a formulação e a execução de políticas públicas nas áreas sociais, tais como o sistema público de saúde e a formação de professores para a Educação Básica, e em áreas que propiciem o desenvolvimento científico e a inovação tecnológica, como as engenharias, a agronomia, as energias renováveis, o meio ambiente e o clima, os transportes, a segurança pública, bem como a produção e difusão da arte e da cultura.

O papel das IFES ganha maior relevo ainda na região Nordeste, que nas últimas décadas experimentou intenso processo de modernização seletiva na sua estrutura econômica e social. As ações governamentais e o expressivo financiamento público, depois da criação da SUDENE, permitiram a modernização tecnológica e a implantação de setores industriais que foram integrados às cadeias produtivas dos centros dinâmicos da economia brasileira localizados na região Sudeste e também da economia mundial. Destacam-se nesse processo a organização da indústria petroquímica na Bahia, da indústria têxtil e de confecções no Ceará, da indústria de bens intermediários em Pernambuco, da indústria extrativa de petróleo e gás natural e minerais não metálicos no Rio Grande do Norte e em Sergipe e da indústria siderúrgica no Maranhão. E sobressaem as atividades econômicas derivadas da moderna fruticultura irrigada de exportação nos vales úmidos em Petrolina (PE) e Juazeiro (BA) e na região do vale do Açu e da região de Apodi e Mossoró no Rio Grande do Norte. Além disso, houve grande desenvolvimento das atividades turísticas em

todo o litoral nordestino e a constituição de um diversificado e moderno setor de serviços e de construção civil nas regiões metropolitanas das capitais nordestinas, que concentram a grande maioria das atividades econômicas e a distribuição populacional.

A modernização seletiva criou um reduzido número de polos econômicos dinâmicos urbanos e rurais em um contexto geral de atraso e estagnação econômica e social da estrutura produtiva e das populações localizadas na região semiárida, que constitui a maior parte do território da região Nordeste. A grande maioria da indústria de transformação é composta por micro e pequenas empresas com baixa intensidade de tecnologia em seus processos produtivos e organizacionais. Nas cidades, há um grande contingente populacional que não consegue emprego ou que encontra ocupação informal e eventual, além do expressivo número de pessoas que realizam atividades por conta própria. Na quase totalidade dos pequenos e médios municípios, a existência social e econômica gravita em torno da administração pública municipal e estadual, das transferências de renda governamentais, do pequeno comércio, da renda previdenciária dos aposentados e dos recursos federais das políticas sociais de combate à pobreza. No interior do Nordeste, a estrutura produtiva, marcada pela grande concentração da propriedade fundiária e pela pequena produção familiar, não assegura a produção de riqueza social suficiente para garantir a sobrevivência dessas populações durante os frequentes períodos de seca e estiagem. Em consequência disso, a região Nordeste apresenta um quadro social de extrema pobreza da maioria da sua população, acompanhado por alto nível de desemprego e informalidade na ocupação da sua força de trabalho urbana e rural, traduzido nos piores indicadores sociais nacionais, como taxa de analfabetismo, taxa de desemprego, taxa de mortalidade infantil e renda familiar.

O Rio Grande do Norte reproduz essas tendências estruturais. A dinâmica econômica e social está concentrada na região metropolitana de Natal e em Mossoró, onde está localizada a maior parte das atividades da administração pública e o moderno e diversificado setor de serviços e que tem absorvido os investimentos para a industrialização e a modernização tecnológica do setor industrial. O setor industrial é composto por elevado número de micros e pequenas empresas com baixo nível tecnológico e reduzido número de grandes e médias empresas que requerem processos de produção com alta tecnologia e com força de trabalho qualificada.

Nos setores modernos da economia, integrados aos circuitos de produção e circulação capitalistas nacionais e mundiais, há uma clara proeminência econômica da indústria extrativa de petróleo e gás natural, que é acompanhada pela fruticultura irrigada, carnicultura, indústria extrativa de minerais não metálicos, indústria têxtil e de confecção, atividades turísticas, construção civil, alimentação e serviços urbanos. A maior parte do território está localizada no semiárido e abriga alguns arranjos produtivos locais, vinculados à economia tradicional e com baixa integração à economia nacional e internacional, dedicados à produção e beneficiamento da castanha do caju, aos produtos cerâmicos, à ovinocaprinocultura, à apicultura, à aquicultura e ao artesanato, além das atividades agrícolas e pecuárias tradicionais desenvolvidas pela pequena propriedade familiar.

Essa modernização capitalista seletiva e excludente cria uma estrutura social que exclui grandes contingentes populacionais do mercado de trabalho, condenando-os a condições de sobrevivência em situação de pobreza intensa e generalizada pela impossibilidade de obtenção de renda e trabalho que assegure padrões minimamente dignos de consumo e de existência social. Há um grande número de pessoas que não tem acesso a serviços básicos de saúde e educação, bem como à oportunidade de qualificação profissional, condições elementares para o exercício da cidadania. O conjunto desses elementos explica a existência dos péssimos indicadores sociais que historicamente caracterizam a sociedade potiguar e constituem um dos grandes desafios a ser enfrentado no Rio Grande do Norte.

Nesse contexto, as universidades e instituições federais de Ensino Superior representam uma das condições necessárias para que a sociedade brasileira transforme em realidade os prognósticos positivos das atuais tendências que apontam para um desenvolvimento econômico e social que promova a distribuição de renda e da riqueza nacional e consolide a democracia através da universalização da cidadania e da justiça social para todos os brasileiros. As IFES públicas ocupam um papel estratégico como agências indutoras do desenvolvimento regional e nacional, sendo fundamentais para levar o Brasil a uma posição de liderança no cenário internacional.

Esses são os delineamentos das principais características e tendências do contexto histórico para a realização da missão e dos objetivos institucionais da UFRN na vigência deste Plano de Desenvolvimento Institucional.

NO INTERIOR DO NORDESTE, A ESTRUTURA PRODUTIVA, MARCADA PELA GRANDE CONCENTRAÇÃO DA PROPRIEDADE FUNDIÁRIA E PELA PEQUENA PRODUÇÃO FAMILIAR, NÃO ASSEGURA A PRODUÇÃO DE RIQUEZA SOCIAL SUFICIENTE PARA GARANTIR A SOBREVIVÊNCIA DESSAS POPULAÇÕES DURANTE OS FREQUENTES PERÍODOS DE SECA E ESTIAGEM.

AS IFES PÚBLICAS OCUPAM UM PAPEL ESTRATÉGICO COMO AGÊNCIAS INDUTORAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E NACIONAL, SENDO FUNDAMENTAIS PARA LEVAR O BRASIL A UMA POSIÇÃO DE LIDERANÇA NO CENÁRIO INTERNACIONAL.





4. VISÃO DE FUTURO



UMA UNIVERSIDADE COM INSERÇÃO INTERNACIONAL E SUSTENTABILIDADE EM SUAS AÇÕES, COM USO DISSEMINADO DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO NAS PRÁTICAS ACADÊMICAS, FLEXIBILIDADE CURRICULAR NA FORMAÇÃO E MOBILIDADE INTERNA E EXTERNA, MANTENDO A OFERTA DE CURSOS EM ÁREAS ESTRATÉGICAS E QUALIDADE DA FORMAÇÃO COM NOVAS MODALIDADES E EDUCAÇÃO CONTINUADA E SENDO REFERÊNCIA EM PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS EM ÁREAS DE FRONTEIRA E ESTRATÉGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO, BUSCANDO A INOVAÇÃO, COM ESTREITA INTERAÇÃO COM A SOCIEDADE, PODERES PÚBLICOS, SETOR PRODUTIVO E MOVIMENTOS SOCIAIS, INDUZINDO POLÍTICAS PÚBLICAS E COMPARTILHANDO CONHECIMENTOS.





5. OBJETIVOS

Os objetivos gerais da Universidade para 2010 – 2014 estão centrados na formação do cidadão, fundamentados na ética, no pluralismo, na democracia, na contemporaneidade e na sua missão. Envolvem a formação de valores, introduzem suas ações na ordem moral, cultural, científica e tecnológica que buscam dar conta das transformações da sociedade. Suas intervenções têm como finalidades:

1. redimensionar as estratégias de operação do conhecimento, para que a interdisciplinaridade e a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão sejam realizadas conforme as necessidades contemporâneas da formação técnico-científica e as exigências do novo sentido do conhecimento;

2. incorporar, às práticas docentes, uma visão epistemológica que dê conta da natureza complexa dos saberes formais e informais, científicos e tradicionais, e que promova o deslocamento do foco da atividade de ensino-aprendizagem para a compreensão do ato pedagógico como um processo de formação do educador e do educando;

3. potencializar o princípio da flexibilidade e preparar docentes, técnico-administrativos e discentes para interações multiculturais, necessárias à mobilidade interna e externa, mediante o aproveitamento de estudos e o trânsito entre cursos, programas e *campi* da UFRN, e de outras instituições de Ensino Superior, nacionais e internacionais;

4. preparar docentes, técnico-administrativos e discentes para serem capazes de selecionar e de se apropriar das novas tecnologias de informação e de comunicação no processo de ensino-aprendizagem e nas atividades da pesquisa e da extensão;

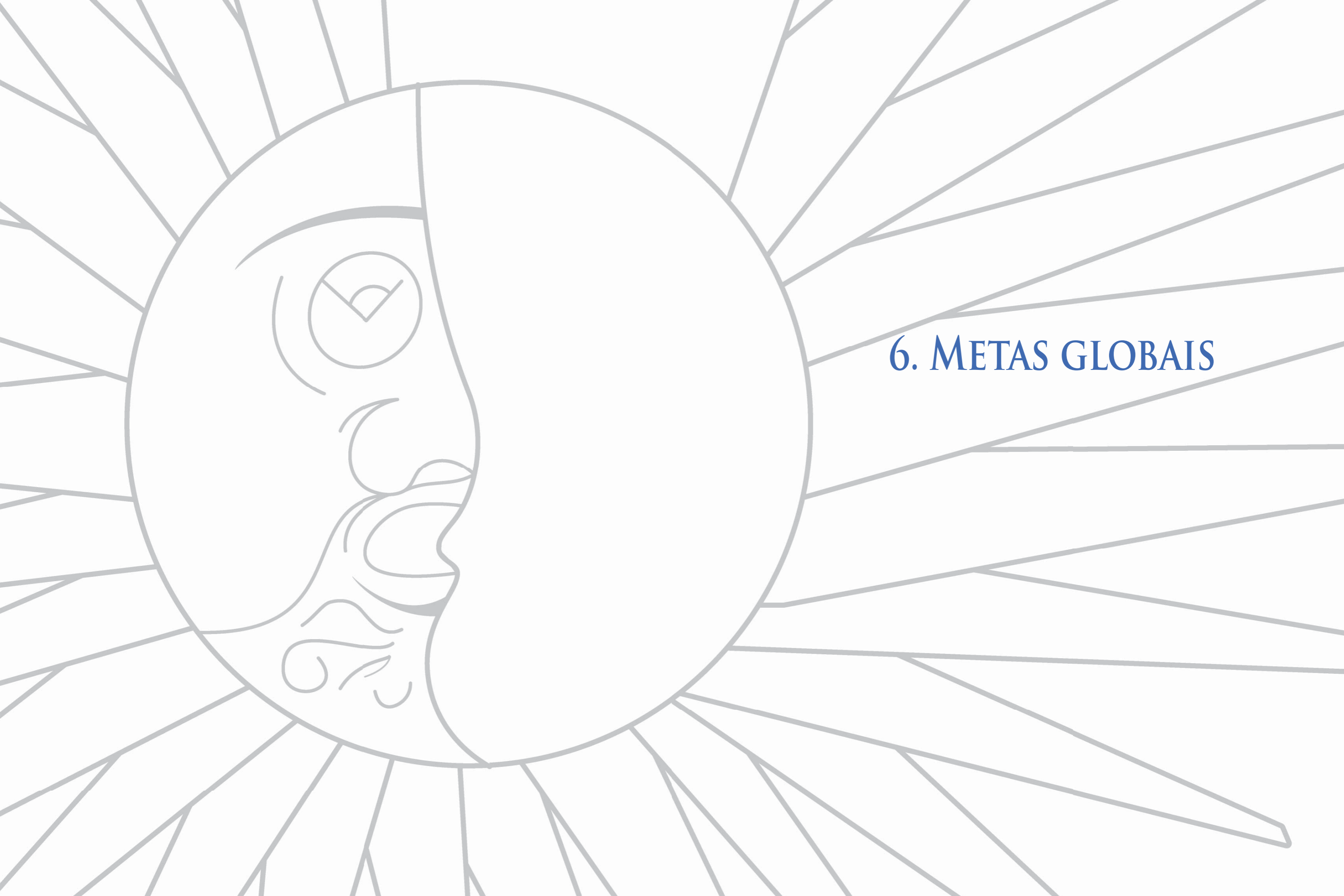
5. fortalecer a atuação da UFRN em áreas estratégicas para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte, da região Nordeste e do País;

6. aperfeiçoar a gestão universitária, consolidando o processo de planejamento e avaliação e dos sistemas de informação, com tecnologia de última geração, para que atendam as áreas administrativa, acadêmica e de recursos humanos, com eficiência, eficácia e efetividade;

7. incorporar às práticas acadêmicas e às ações administrativas o princípio de sustentabilidade: ambientalmente correto, economicamente viável, socialmente justo e culturalmente aceito.

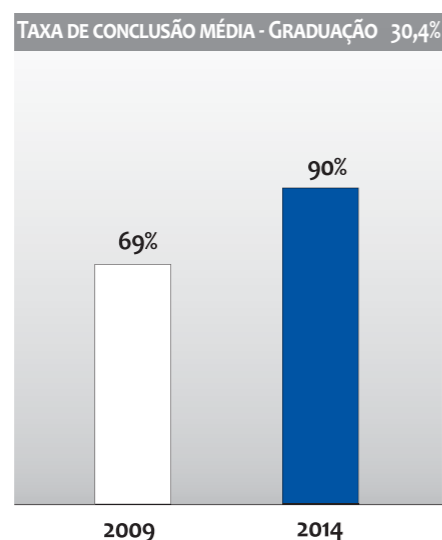
OS OBJETIVOS GERAIS DA UNIVERSIDADE ESTÃO CENTRADOS NA FORMAÇÃO DO CIDADÃO, FUNDAMENTADOS NA ÉTICA, NO PLURALISMO, NA DEMOCRACIA, NA CONTEMPORANEIDADE E NA SUA MISSÃO.



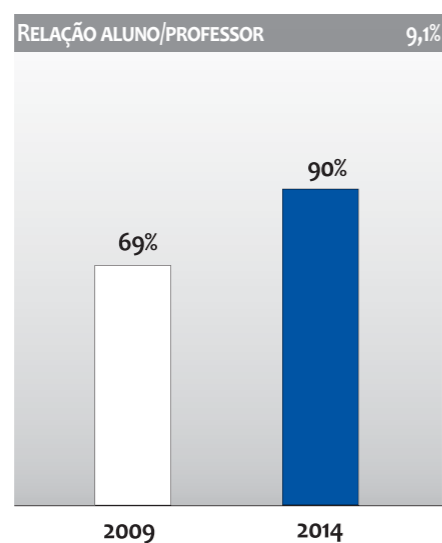


6. METAS GLOBAIS

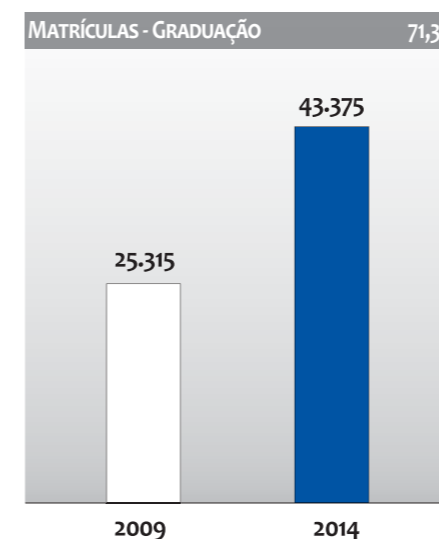
1. ELEVAÇÃO DA TAXA DE CONCLUSÃO MÉDIA DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM 30,4%, passando de 69% em 2009 para 90% em 2014, com qualidade na formação, adotando modelos de formação flexíveis e integradores, itinerários formativos diversificados e criando mecanismos para a permanência dos alunos no decorrer do tempo regular do curso, respeitando a diversidade dos cursos e a especificidade das áreas do conhecimento.



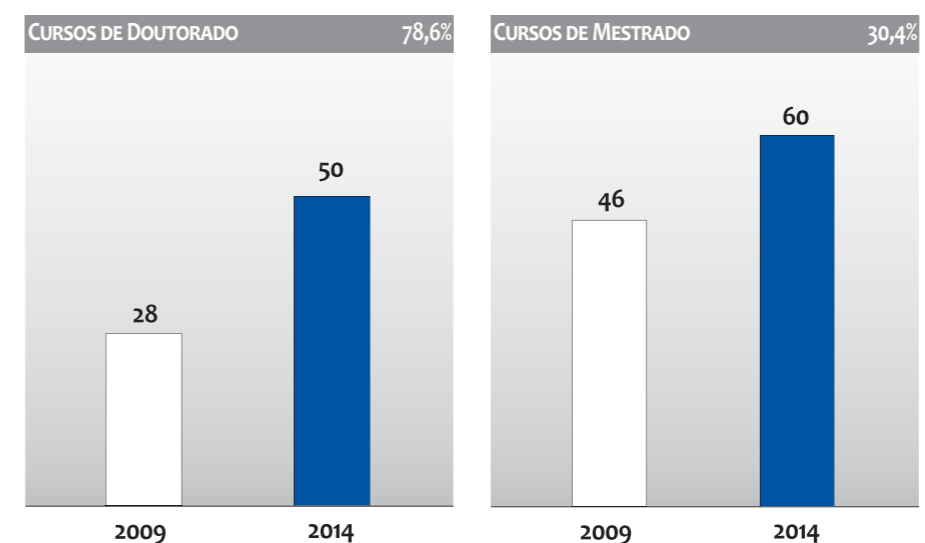
2. ELEVAÇÃO DA RELAÇÃO [ALUNO/PROFESSOR] EM 9,1%, passando de [16,5/1] em 2009 para [18/1] em 2014, respeitando-se as especificidades dos cursos, adotando tecnologias de informação e comunicação, mantendo a qualidade de formação e incorporando o princípio do ato pedagógico como processo formador do educando e do educador.



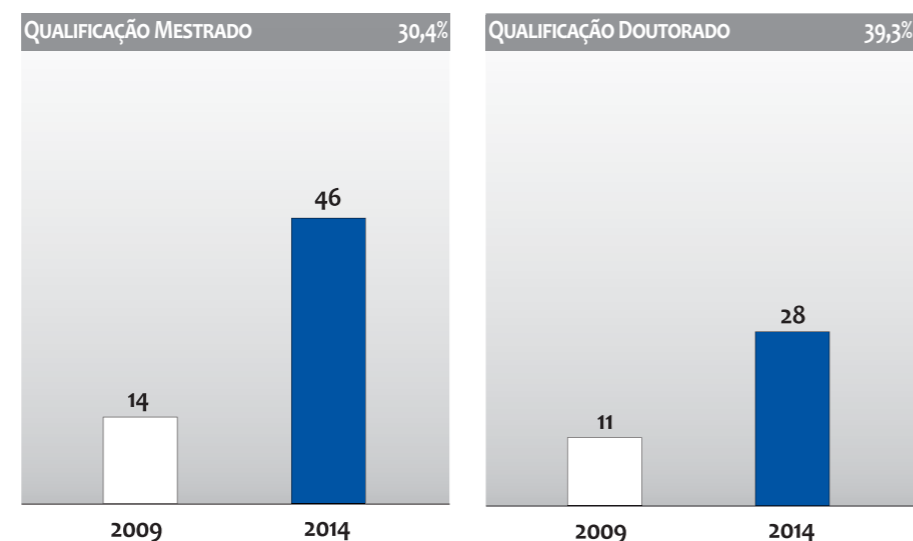
3. EXPANSÃO E REESTRUTURAÇÃO COM QUALIDADE ACADÊMICA DAS MATRÍCULAS DO ENSINO DE GRADUAÇÃO EM 71,3%, passando de 25.315 em 2009 a 43.375 em 2014, sendo 10.077 presenciais e 7.983 em educação a distância, ocupando efetivamente as vagas ociosas e cumprindo a missão institucional da UFRN.



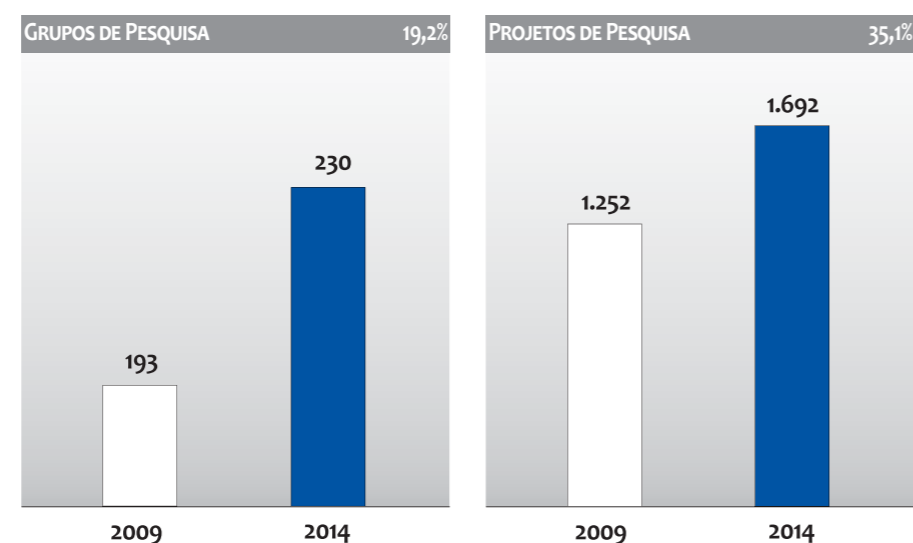
4. EXPANSÃO DO SISTEMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU, com crescimento de 48,6%, passando de 74 cursos em 2009 para 110 em 2014, sendo de 78,6% a expansão dos cursos de doutorado, passando de 28 em 2009 para 50 em 2014, e de 30% para cursos de mestrado, passando de 46 em 2009 para 60 em 2014, mantendo os níveis de qualidade e excelência e ofertando cursos em áreas estratégicas para o desenvolvimento socioeconômico.



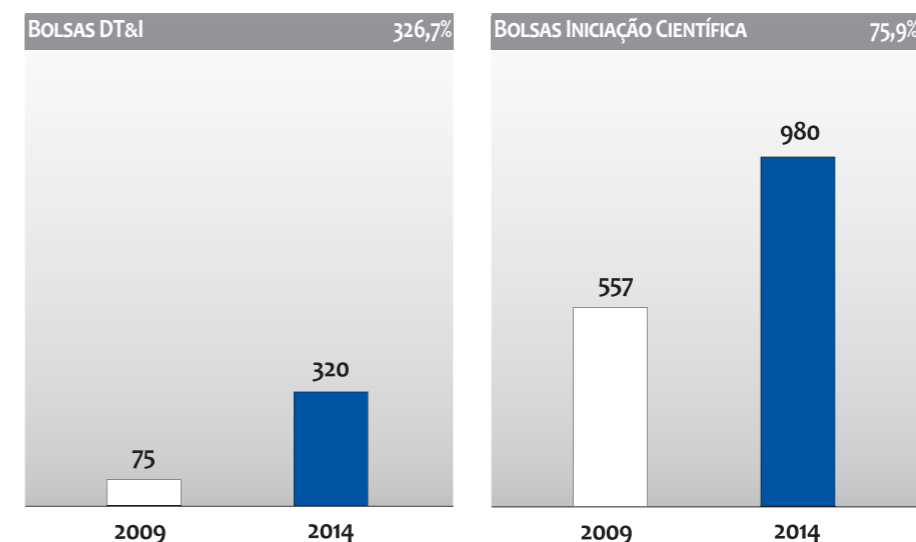
5. QUALIFICAÇÃO DO SISTEMA DE PÓS-GRADUAÇÃO, com políticas indutivas para o fortalecimento dos programas, elevando o conceito CAPES em, pelo menos, 30,4% dos cursos em nível de mestrado, o que corresponde a 14 dos 46 cursos ofertados e em, pelo menos, 39,3% dos cursos em nível de doutorado, o que corresponde a 11 dos 28 cursos ofertados, elevando a qualidade do ensino de pós-graduação e da pesquisa, em busca da excelência acadêmica.



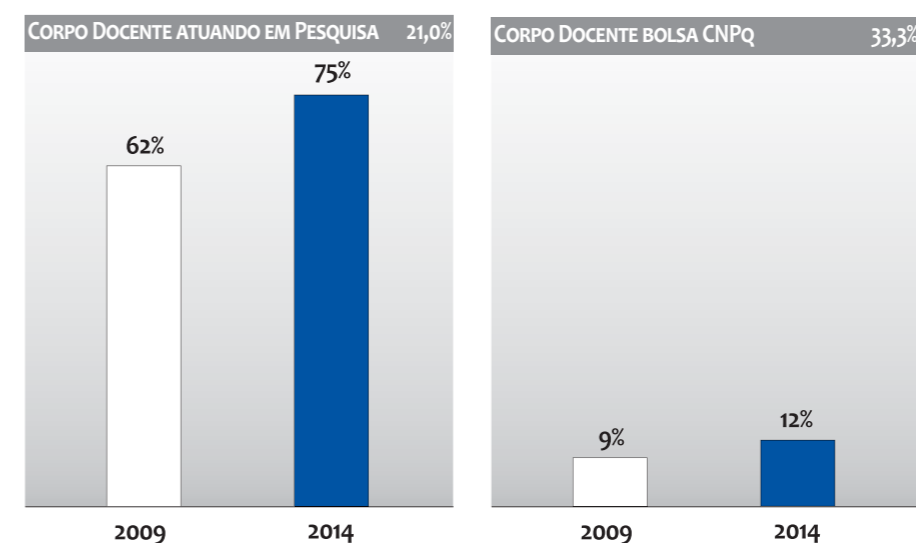
6. EXPANSÃO DOS GRUPOS DE PESQUISA EM 19,2%, passando de 193 em 2009 para 230 em 2014 e do número de Projetos de Pesquisa em 35,1%, passando de 1.252 em 2009 para 1.692 em 2014, consolidando a integração ensino-pesquisa-extensão, com vistas à internacionalização, à elevação da qualidade na pós-graduação e à pesquisa de ponta com abordagem multidisciplinar.



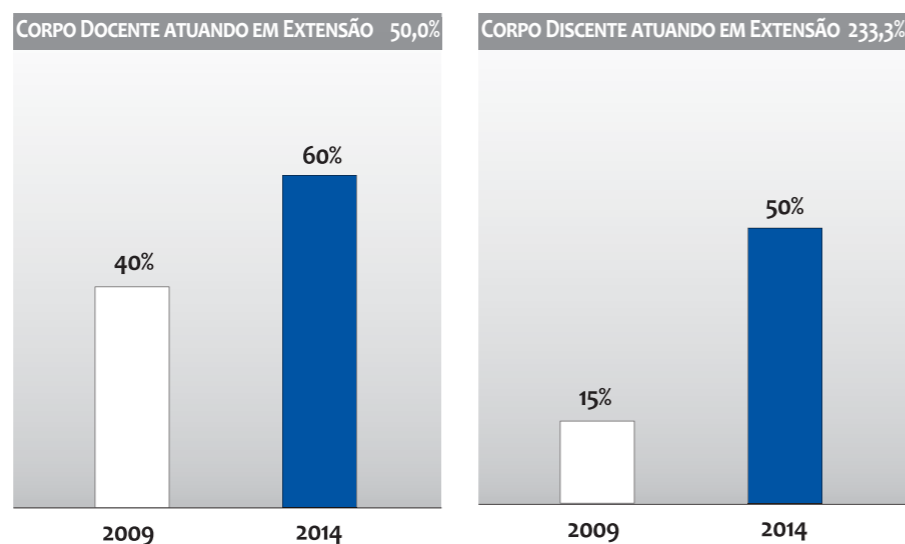
7. EXPANSÃO DO NÚMERO DE BOLSAS DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO EM 326,7%, passando de 75 em 2009 para 320 em 2014 e do número de Bolsas de Iniciação Científica em 76%, passando de 557 em 2009 para 980 em 2014, com vistas à prospecção e à formação de recursos humanos para a Ciência e Tecnologia, contribuindo para a integração entre ensino, pesquisa e extensão e para a melhoria das condições de permanência do aluno e da taxa de sucesso.



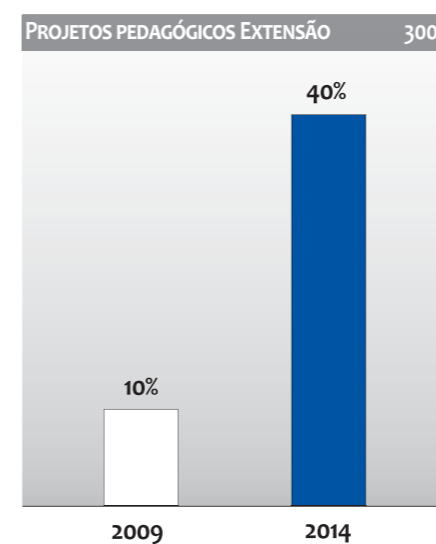
8. EXPANSÃO DO PERCENTUAL DO CORPO DOCENTE ATUANDO EM PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA EM 21%, passando de 62% em 2009 para 75% em 2014 e do percentual com bolsa de produtividade do CNPq em 33,3%, passando de 9% em 2009 para 12% em 2014, elevando a qualidade da produção científica e tecnológica e do ensino de graduação e pós-graduação.



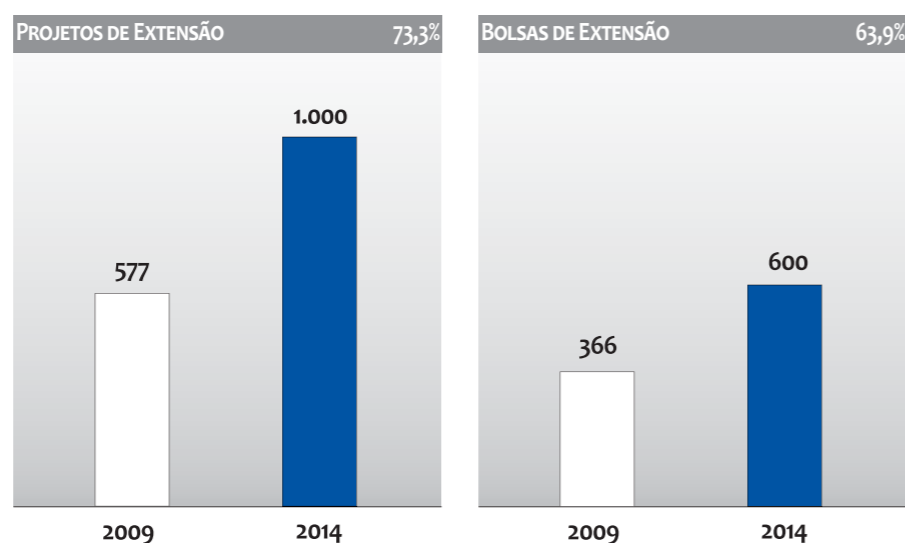
9. EXPANSÃO DO PERCENTUAL DO CORPO DOCENTE ATUANDO EM EXTENSÃO EM 50%, passando de 40% em 2009 para 60% em 2014 e do percentual do Corpo Discente atuando em ações extensionistas em 233,3%, passando de 15% em 2009 para 50% em 2014, proporcionando mais condições facilitadoras e respeitando a pluralidade de ideias e interesses presentes no ambiente universitário.



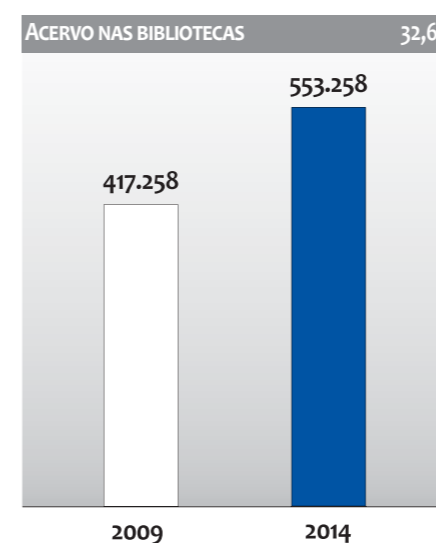
11. EXPANSÃO DO NÚMERO DE PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSOS COM AÇÕES INSTITUCIONALIZADAS DE EXTENSÃO EM 300%, passando de 10% em 2009 para 40% em 2014, com vistas à integração das ações extensionistas ao ensino e à pesquisa favorecendo a inserção na realidade social, permutando saberes formais e informais, científicos e tradicionais e promovendo o ato pedagógico como um processo de formação do educador e do educando.



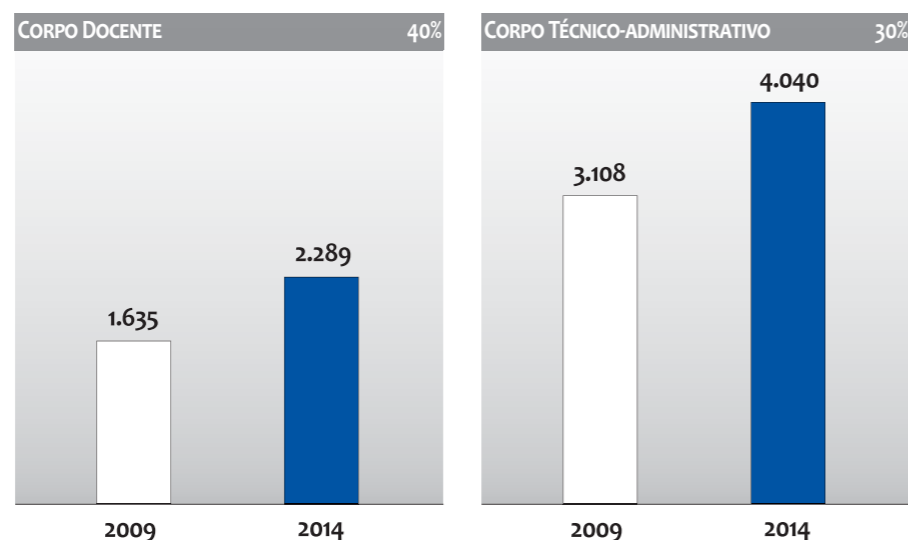
10. EXPANSÃO DOS PROJETOS DE EXTENSÃO EM 73,3%, passando de 577 em 2009 para 1000 em 2014 e do número de Bolsas de Extensão em 63,9%, passando de 366 em 2009 para 600 em 2014, contribuindo para mudanças no pensamento e no fazer universitário, objetivando a construção de uma sociedade mais solidária.



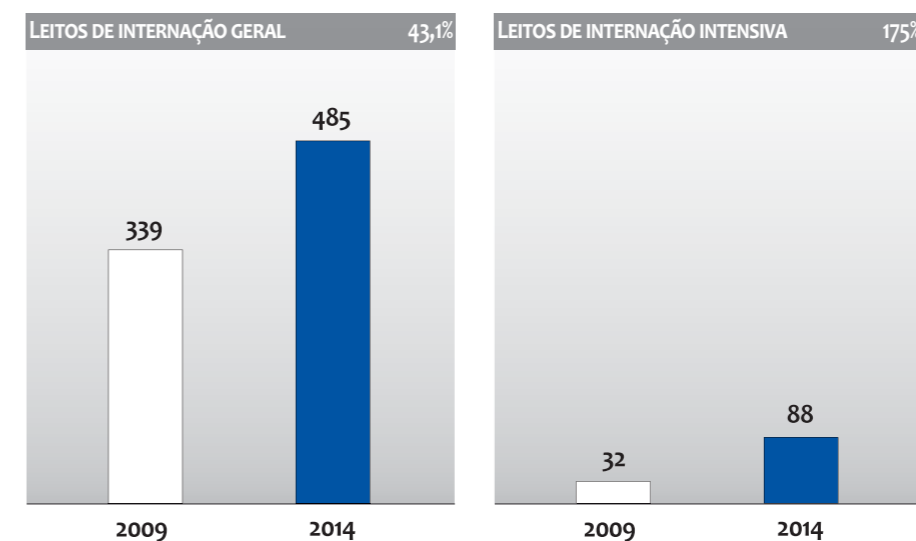
12. EXPANSÃO DO ACERVO NAS BIBLIOTECAS EM 32,6%, passando de 417.258 materiais informacionais em 2009, para 553.258 em 2014, dando suporte informacional às atividades acadêmicas e contribuindo para a geração de produtos e serviços de informação em Ciência, Tecnologia e Inovação.



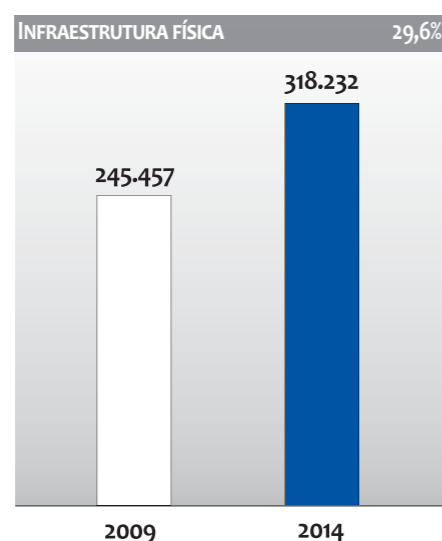
13. EXPANSÃO DO CORPO DOCENTE EM 40%, PASSANDO DE 1.635 EM 2009 PARA 2.289 EM 2014 E DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM 30%, passando de 3.108 em 2009 para 4.040 em 2014, respeitando-se, respectivamente, o banco de professores equivalentes e o quadro de referência, contribuindo para intensificar as ações qualificadoras da UFRN no desenvolvimento socioeconômico, cumprindo sua Missão Institucional.



15. REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DA CAPACIDADE DE ATENDIMENTO DOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS, com aumento de leitos de internação geral em 43,1%, passando de 339 em 2009 para 485 em 2014 e de leitos de internação intensiva (UTI) em 175%, passando de 32 em 2009 para 88 em 2014, de modo a permitir o desempenho pleno das suas funções em relação às dimensões de ensino, pesquisa e extensão e à dimensão da assistência de média e alta complexidade ao Sistema Único de Saúde.

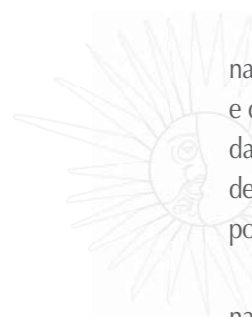


14. EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA INSTALADA, ACADÊMICA E ADMINISTRATIVA, EM 29,6%, passando de 245.457 m² em 2009 para 318.232 m² em 2014, dando suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão.





7. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL



O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) é um instrumento de planejamento e determina os fins e os meios da ação pedagógica da Universidade. O PPI é resultado de reflexões e decisões políticas, administrativas e legais e estabelece as estratégias de antecipação das ações acadêmicas a construir uma realidade futura da UFRN. Como tal, é portador de prioridades que se estabelecem nas características da Instituição, nas exigências e nas possibilidades abertas pelo contexto e seu tempo.

A UFRN procura garantir, através do Projeto Pedagógico Institucional, o redimensionamento de suas ações acadêmico-administrativas, adotando paradigmas da contemporaneidade e respeitando a importância do trabalho construído ao longo de sua história.

Introduzir-se nas circunstâncias contemporâneas não significa, porém, a mudança radical de sua característica. Isso corresponde à atualização e à ampliação de suas estratégias e ao amplo acatamento da vasta diversidade que caracteriza as suas oportunidades de trabalho acadêmico.

A política acadêmica que nasce daí deve comportar a opção teórico-metodológica que unifique a concepção de Educação, a concepção de Ensino-Aprendizagem, a concepção de Avaliação e a concepção de Currículo que sejam, ao mesmo tempo, a marca da Instituição e seu guia, sua utopia.

Os tempos atuais exigem que a introdução das ideias de interdisciplinaridade e de indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão se dê através de novos parâmetros de flexibilização. A Universidade se obriga, assim, a redimensionar as suas estratégias de produção do conhecimento.

O Projeto Pedagógico Institucional da UFRN configura-se como documento de referência institucional para a execução da política acadêmica que oriente a reestruturação dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, da política de Pós-graduação que conduza ao aperfeiçoamento dos programas ministrados, da política de Pesquisa que possibilite a inserção efetiva da Universidade na realidade socioeconômica e cultural do Estado e da política de Extensão que traduza o real compromisso social da Instituição com a comunidade local e regional.

O princípio metodológico fundamental que orienta todas as atividades pedagógicas é a flexibilidade comungando com amplas e diversificadas competências demandadas pelo mundo do trabalho e, sobretudo, com os novos desafios da “sociedade do conhecimento”. Esse conceito comporta as ideias de: (1) indissociabilidade: desenvolvimento de atividades de ensino, de extensão e de pesquisa integradas às atividades formais pertinentes ao conteúdo curricular. Isso significa que toda atividade de extensão e de pesquisa deve ser desenvolvida como parte das atividades curriculares previstas nos cursos, tendo sua carga horária e avaliação computadas nos componentes curriculares envolvidos; (2) interdisciplinaridade: integração de conteúdos no desenvolvimento de estudo de um determinado tema ou eixo conceitual, tendo sua carga horária e avaliação computadas nos componentes curriculares envolvidos; (3) formação integrada à realidade social: aliada à sólida formação teórica, a UFRN se obriga à formação do cidadão, integrando os conteúdos à realidade social vigente, ressaltando as políticas de inclusão, a igualdade de acesso e o respeito às diferenças econômico-sociais e àquelas referentes aos portadores de necessidades educacionais especiais, tomando essas diferenças como parte das características que dão unidade ao trabalho da UFRN; (4) articulação teoria-prática: superação da dicotomia teoria-prática, realizada, prioritariamente, nas atividades curriculares de estágio e de extensão.

7.1. POLÍTICA DE ENSINO

ENSINO DE GRADUAÇÃO

A nova concepção do processo educacional expressa que o ensino não pode mais ser reduzido à “aulificação” do saber, isto é, ao entendimento de que o processo ensino-aprendizagem é medido apenas em termos de carga horária despendida em sala de aula por meio de atividades de preleção. Esse processo, antes fortemente centrado na ótica docente – no ensino-aprendizagem passivo-reprodutivista – deve deslocar seu foco para a mediação no processo de apropriação dos saberes, estabelecendo interações e trocas fundamentais entre professores e alunos em uma dinâmica curricular interdisciplinar e multirreferenciada.

O processo educacional deve ser apreendido pelo estudante e pode ocorrer de formas variadas. O aluno pode receber o conteúdo do seu curso em atividades teóricas e, sob orientação docente, em atividades de pesquisas e/ou experimentais, no campo, em laboratórios, em bibliotecas, ou em atividades em estágios supervisionados e práticas profissionais. Para tanto, torna-se imperativa a combinação de metodologias adotadas no ensino presencial e na educação a distância.

Mesmo em uma atividade teórica, o professor poderá diversificar e flexibilizar suas atividades acadêmico-pedagógicas, distribuindo as horas de trabalho dos estudantes em aulas presenciais, não presenciais e outras atividades.

Outro aspecto da nova concepção do processo educacional é o entendimento de que a formação superior envolve necessariamente o estudo individual, cuja duração excede em muito o trabalho acadêmico efetivo previsto nos projetos pedagógicos dos cursos.

A Universidade se obriga a redimensionar as estratégias do processo de aprendizagem, com a reorganização dos cursos de graduação de forma a contemplar a construção de novos itinerários formativos, tendo em vista a incorporação de princípios como a flexibilização, a mobilidade estudantil, a interdisciplinaridade, a superação da especialização precoce, a inovação científica e tecnológica e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Inovações curriculares flexíveis e significativas passam pela construção de itinerários formativos diversificados e pela adoção de currículos integrados que promovam a interação entre os conteúdos disciplinares e os níveis de formação. A par de uma redução significativa de pré-requisitos e de conteúdos obrigatórios, alcançam-se índices de flexibilidade que propiciam oportunidades diferenciadas de integralização curricular.

Para enfrentar esses novos desafios, a UFRN deve realizar:

1. o fortalecimento e disseminação da flexibilidade curricular nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, assumindo o compromisso com uma sólida formação teórica articulada à prática profissional e social, com a interdisciplinaridade e com o diálogo entre os diversos campos do saberes científicos, cotidianos, da tradição. Essa flexibilização propiciará, ainda, interfaces entre os cursos para possibilitar ao aluno construir um percurso formativo ampliado e diversificado, se apropriando de conhecimentos, habilidades e atitudes que consolidem competências a serem construídas no ensino, na pesquisa e na extensão;

OS TEMPOS ATUAIS EXIGEM QUE A INTRODUÇÃO DAS IDEIAS DE INTERDISCIPLINARIDADE E DE INDISSOCIABILIDADE ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO SE DÊ ATRAVÉS DE NOVOS PARÂMETROS DE FLEXIBILIZAÇÃO. A UNIVERSIDADE SE OBRIGA, ASSIM, A REDIMENSIONAR AS SUAS ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO.

A UNIVERSIDADE SE OBRIGA A REDIMENSIONAR AS ESTRATÉGIAS DO PROCESSO DE APRENDIZAGEM, COM A REORGANIZAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DE FORMA A CONTEMPLAR A CONSTRUÇÃO DE NOVOS ITINERÁRIOS FORMATIVOS, TENDO EM VISTA A INCORPORAÇÃO DE PRINCÍPIOS COMO A FLEXIBILIZAÇÃO, A MOBILIDADE ESTUDANTIL, A INTERDISCIPLINARIDADE, A SUPERACÃO DA ESPECIALIZAÇÃO PRECOCE, A INOVAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA E A INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.

O PROJETO PEDAGÓGICO NORTEADOR DA EaD DEVE FAVORECER A INTERDISCIPLINARIDADE E A CONTEXTUALIZAÇÃO DOS CONTEÚDOS E SER CONSOANTE COM O DESENVOLVIMENTO DOS MATERIAIS DIDÁTICOS, POSSIBILITANDO O DIÁLOGO E A REFLEXÃO, DE MODO A FACILITAR A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO E A MEDIAR A INTERLOCUÇÃO ENTRE PROFESSORES E ALUNOS.

2. a criação de espaços diversificados de formação nos cursos de graduação, possibilitando o desenvolvimento de atividades práticas em ambientes externos à Universidade e favorecendo a integração à realidade social;

3. o estímulo ao desenvolvimento de práticas pedagógicas com a utilização de recursos das novas tecnologias de apoio ao ensino e à aprendizagem;

4. o estímulo à mobilidade estudantil, mediante o aproveitamento da carga horária e do conhecimento adquirido com a circulação de estudantes entre cursos, programas e instituições de educação superior;

5. a atualização dos projetos pedagógicos, respeitando a diversidade e especificidade dos cursos e áreas do conhecimento, com alterações curriculares que contemplem as demandas do avanço do conhecimento, da tecnologia, do mercado e a redução da carga horária necessária à integralização curricular e à consequente diminuição do tempo de duração dos cursos de graduação;

6. o estímulo à articulação entre os projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura, de modo a fortalecer os vínculos entre a UFRN e os Sistemas Estadual e Municipais de Ensino.

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Na perspectiva da Educação a Distância (EaD), “ensinar” é organizar o conteúdo para a aprendizagem; planejar e propor atividades; incentivar a busca de fontes de informações e auxiliar na seleção de conteúdos relevantes; provocar a reflexão; favorecer a formação de conceitos; propiciar uma aprendizagem significativa para o aluno. A Educação a Distância relaciona-se diretamente com o desenvolvimento da cultura tecnológica, a qual deve ser usada também em atividades de aprendizagem que não sejam a distância. Por esta razão, a política de EaD tem duas vertentes: ações de educação a distância e ações presenciais com uso da tecnologia.

O projeto pedagógico norteador da EaD deve favorecer a interdisciplinaridade e a contextualização dos conteúdos e ser consoante com o desenvolvimento dos materiais didáticos, possibilitando o diálogo e a reflexão, de modo a facilitar a construção do conhecimento e a mediar a interlocução entre professores e alunos. O sistema de comunicação deve promover forte interação entre alunos professores e tutores, possibilitando rápido acesso através de múltiplos meios e ferramentas de comunicação.

Essas premissas devem ser concretizadas objetivando:

1. a expansão da oferta de licenciaturas para atender às demandas da região, quanto à formação de professores e de outros cursos de graduação, observando a vocação institucional, as necessidades regionais e a relevância social;

2. a oferta de cursos de pós-graduação lato e stricto sensu, de modo a atender às demandas internas e externas;

3. a oferta de cursos de extensão para atender às demandas acadêmicas, da sociedade e de formação de gestores para a UFRN;

4. a instituição de grupos de pesquisa, tendo a Educação a Distância como objeto de estudo, de modo a possibilitar a melhoria da qualidade das ações.



ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte, para reforçar a política de melhoria da sua qualidade acadêmica, tem como uma de suas diretrizes o aprimoramento do desempenho das atividades de pós-graduação. Assim, prioriza a consolidação dos Programas em desenvolvimento, valorizando a manutenção dos níveis de excelência já alcançados, e induz o crescimento do sistema de forma a contemplar a criação de novos programas em áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional, sem perder de vista o foco regional.

Assim, a criação de novos cursos em áreas como Desenvolvimento e Inovação Tecnológica em Medicamentos, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Ciência e Engenharia de Materiais, Ciência e Engenharia de Petróleo, Neurociências, Ciências Climáticas, entre outros, confirma a política de desenvolvimento com estreita relação às vocações regionais, à pesquisa e à extensão na UFRN.

Na compreensão de que o sistema de pós-graduação encerra assimetrias e tem características que acompanham a diversidade das áreas de conhecimento, sua política de crescimento deverá se pautar em três eixos básicos, bem articulados: (1) consolidação e melhoria da qualidade dos programas em funcionamento; (2) expansão do sistema, referenciada em áreas estratégicas e (3) ampliação das ações integradoras com os cursos de graduação, estimulando a produção do conhecimento.

A articulação desses eixos se fará através:

- 1. do acompanhamento e da avaliação contínua** das condições de oferta e qualidade dos programas, com base nos critérios de área;
- 2. da execução de ações indutoras do aprimoramento dos programas**, na perspectiva da excelência acadêmica, em consonância com a avaliação e as normas estabelecidas pela CAPES;
- 3. do estímulo à integração entre os programas**, com vistas à cooperação institucional;
- 4. da melhoria e da modernização da infraestrutura dos ambientes de ensino e pesquisa**, com a garantia do compartilhamento de laboratórios e equipamentos, na lógica de multiusuários;
- 5. do estímulo à cooperação acadêmica em articulação com os grupos de pesquisa**, visando à referência nacional, à inserção internacional, ao estabelecimento de redes de pesquisa com intercâmbio no sistema de pós-graduação e à busca de um padrão internacional na formação;
- 6. da institucionalização de mecanismos para garantir a mobilidade acadêmica** entre instituições de Ensino Superior, nacionais e estrangeiras;
- 7. da criação de novos programas em áreas estratégicas**, com foco no desenvolvimento regional;
- 8. da ampliação dos programas existentes, com a criação de novos cursos**, preferencialmente, em nível de doutorado.



7.2. POLÍTICA DE PESQUISA

A atual Política de Pesquisa está estruturada em 3 eixos norteadores:

1. Estruturação da Pesquisa Científica, Tecnológica e Inovação para o Desenvolvimento Social. A UFRN busca ativamente a inserção da pesquisa qualificada e identificada com os interesses socioeconômicos do Estado do Rio Grande do Norte, sem perder de vista sua atuação no desenvolvimento de projetos produtores do conhecimento universal. Projeta-se no estudo de áreas estratégicas para o desenvolvimento regional, com a visão do semiárido inserida na pesquisa e a conservação e exploração sustentável dos recursos hídricos, incluindo águas continentais e oceânicas, área de energia com foco voltado para o petróleo e gás e fontes de energias renováveis, aquicultura, mineração e setor salineiro, políticas públicas de saúde e governança, segurança, meio ambiente, turismo e educação e áreas de ponta como neurociências, biotecnologia e nanotecnologia.

2. Inserção da UFRN no Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação Nacional. A UFRN se estrutura para proteger sua produção intelectual e avançar na interação universidade e setores economicamente relevantes. Esse eixo aborda firmemente os gargalos que estreitam o avanço técnico-científico local, disponibilizando tecnologias sociais e de caráter inovador que fortaleçam a atuação dos movimentos sociais organizados, dos órgãos governamentais e do setor industrial e empresarial.

3. Redes e Núcleos para a Consolidação da Pesquisa. Implica o papel formador de recursos humanos para a pesquisa científica e tecnológica e o papel mediador no apoio aos grupos de pesquisa. A política de formação de recursos humanos deve incorporar ações para garantir a atração futura de pesquisadores e para estimular estudantes para carreiras acadêmicas e profissionais que demandem formação acadêmica sólida em pesquisa. Estas ações são

A UFRN BUSCA ATIVAMENTE A INSERÇÃO DA PESQUISA QUALIFICADA E IDENTIFICADA COM OS INTERESSES SOCIOECONÔMICOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, SEM PERDER DE VISTA SUA ATUAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS PRODUTORES DO CONHECIMENTO UNIVERSAL.

NA COMPREENSÃO DE QUE O SISTEMA DE PÓS-GRADUAÇÃO ENCERRA ASSIMETRIAS E TEM CARACTERÍSTICAS QUE ACOMPANHAM A DIVERSIDADE DAS ÁREAS DE CONHECIMENTO, SUA POLÍTICA DE CRESCIMENTO DEVERÁ SE PAUTAR EM TRÊS EIXOS BÁSICOS, BEM ARTICULADOS: (1) CONSOLIDAÇÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DOS PROGRAMAS EM FUNCIONAMENTO; (2) EXPANSÃO DO SISTEMA, REFERENCIADA EM ÁREAS ESTRATÉGICAS E (3) AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES INTEGRADORAS COM OS CURSOS DE GRADUAÇÃO, ESTIMULANDO A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO.

ampliadas com o gerenciamento de programas das agências e órgãos de fomento nacionais. Quanto ao papel mediador no apoio aos grupos, as ações devem favorecer os grupos já consolidados e oferecer oportunidades de infraestrutura física e recursos financeiros aos grupos iniciantes. Inclui também a necessidade de identificação das interações multifacetadas da pesquisa e a criação de ambientes de estudos e discussão de temáticas horizontais transdisciplinares.

A realização desses eixos se dará através:

1. da consolidação da política de inovação, realçando o papel do Núcleo de Inovação Tecnológica, para atuação em Gestão da Propriedade Intelectual, em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) e em institucionalização da Política de Inovação e Transferência de Tecnologia;

2. da articulação e participação ativa na implantação de um Parque Tecnológico e na estruturação de uma Central de Empresas Juniores, com apoio à criação e manutenção de Incubadoras;

3. da inserção da UFRN no Sistema Brasileiro de Tecnologia (SIBRATEC), nos seus três domínios: Extensão Tecnológica, Serviços Tecnológicos e Centros de Inovação;

4. do apoio aos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT) coordenados pela UFRN, bem como a integração dos seus pesquisadores com os demais INCTs nacionais;

5. da ampliação e qualificação do programa de formação de recursos humanos para a pesquisa com forte articulação com a pós-graduação, com utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação, de modo a abranger todas as unidades acadêmicas;

6. da ampliação do número de grupos de pesquisa, projetos e bolsistas de produtividade com a expansão da infraestrutura e a aquisição de equipamentos de laboratórios multiusuários no Campus Central e *Campi* Regionais;

7. da criação e/ou reestruturação das Redes e Núcleos Temáticos Disciplinares e Interdisciplinares para atender às novas áreas, buscando as interações nacionais e internacionais, nas suas áreas de excelência.

7.3. POLÍTICA DE EXTENSÃO

O objetivo geral da Política de Extensão é fortalecer o compromisso social da UFRN, mediante a ampliação e a qualificação de suas ações. Estas ações intensificam o diálogo e o intercâmbio de saberes entre a comunidade acadêmica e os diversos segmentos sociais implicados, na perspectiva de proporcionar um processo de formação profissional cidadã, como fator intrínseco aos projetos pedagógicos dos cursos, com o envolvimento e a problematização da realidade social das comunidades participantes.

A extensão universitária na UFRN se estrutura como atividade orientada para promover a interação transformadora entre a instituição universitária e as demais instituições e movimentos sociais, mediada por processos científicos, culturais, educativos e artísticos. Com base nesse pressuposto, ela deve se pautar na articulação intrainstitucional com os processos

de ensino e pesquisa, bem como nortear-se pelo intercâmbio com o conjunto complexo de saberes e práticas produzidas em outros universos sociais.

Essa postura, essencialmente dialógica, se traduz no desafio permanente de construir uma abertura institucional com o objetivo de contribuir para mudanças no pensamento e no fazer universitário que favoreçam intervenções transformadoras da realidade social e promovam processos de investigação e de formação profissional com princípios de equidade para a construção de uma sociedade democrática e solidária. Trata-se, portanto, de um processo de oxigenação da própria Universidade e dos universos sociais com os quais se relaciona e compartilha.

Nesse processo, dois movimentos precisam estar articulados: o da continuidade de experiências bem sucedidas e o da abertura para novas demandas e novas iniciativas emergentes.

As diretrizes da extensão universitária são: (a) expansão e qualificação das ações de extensão; (b) fortalecimento e ampliação de interfaces com os movimentos sociais, segmentos produtivos e institucionais; (c) ampliação e diversificação da produção artístico-cultural; (d) aprimoramento de gestão e da avaliação dos projetos; (e) adoção de mecanismos para maior visibilidade das ações institucionais.

A articulação dessas diretrizes se dará através:

1. do incremento e qualificação das ações de extensão desencadeadas na UFRN, considerando as relações de diálogo, de troca de experiências e potencialidades socioeconômicas e culturais;

2. da institucionalização de mecanismos indutores para a inserção de estudantes, servidores técnico-administrativos e professores nas atividades de extensão, respeitando a pluralidade de ideias e interesses presentes no ambiente universitário;

3. da atualização dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, de modo a integrar as atividades de extensão ao processo de formação acadêmica integrada à realidade social;

4. do estímulo às múltiplas formas de parcerias intra e interinstitucionais com vistas ao fortalecimento de ações articuladas em rede, direcionadas à ampliação do acesso aos bens e direitos sociais;

5. do fortalecimento da articulação com os Sistemas de Serviços que operam Políticas Públicas, tais como saúde, educação, trabalho, transporte, reforma agrária, segurança pública, meio ambiente, nos âmbitos municipais e estadual, com vistas ao estabelecimento de campos de ensino-aprendizagem e relações de cooperação, nos quais a Universidade possa contribuir com a qualificação dessas em ações políticas mediadoras e contar com a colaboração dos profissionais do serviço aos processos de ensino-aprendizagem;

6. do fortalecimento da política cultural da UFRN, cujas ações possam expressar os processos formativos dos seus agentes, contribuir com a formação integral da comunidade universitária e traduzir interfaces e parcerias com segmentos e movimentos sociais do campo da arte e da cultura, com vistas à preservação, fruição, divulgação e inovação de bens culturais e artísticos que possam concorrer para o desenvolvimento social do Estado e do País;

7. do desenvolvimento de uma política museológica que considere a interlocução cultural e educacional com os diversos segmentos da sociedade, na perspectiva da implicação curricular nos processos formativos dos cursos de graduação e pós-graduação da UFRN;

ESSA POSTURA, ESSENCIALMENTE DIALÓGICA,
SE TRADUZ NO DESAFIO PERMANENTE DE
CONSTRUIR UMA ABERTURA INSTITUCIONAL COM
O OBJETIVO DE CONTRIBUIR PARA MUDANÇAS
NO PENSAMENTO E NO FAZER UNIVERSITÁRIO

8. do desenvolvimento e articulação das ações no campo da Comunicação Social, com vistas à divulgação dos conhecimentos produzidos no contexto da universidade, bem como assegurar processos de divulgação e circulação de informações, saberes e experiências que concorram para a formação universitária problematizadora e crítica, contribuindo com o pleno exercício do direito à comunicação pública, ampla e plural.

7.4. POLÍTICA DE GESTÃO

ESSA PECULIARIDADE ORGANIZACIONAL, CARACTERÍSTICA DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS BRASILEIRAS, PERMITE, DE UM LADO, O EXERCÍCIO DA AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA E OFERECE AS CONDIÇÕES DE LIBERDADE E PLURALIDADE NECESSÁRIAS À PRÁTICA DOCENTE NO ENSINO, NA PESQUISA E NA EXTENSÃO.

A UFRN possui estrutura administrativa e acadêmica descentralizada com gestão democrática colegiada em todos os níveis institucionais. Essa peculiaridade organizacional, característica das universidades públicas federais brasileiras, permite, de um lado, o exercício da autonomia universitária e oferece as condições de liberdade e pluralidade necessárias à prática docente no ensino, na pesquisa e na extensão.

Por outro lado, esta configuração organizacional imprime grande complexidade à gestão universitária e aos seus processos decisórios, exigindo dos gestores acadêmicos esforço permanente para conjugar o respeito às deliberações majoritárias e a definição e implementação de políticas institucionais, em ambiente que mobiliza grande diversidade e abrangência de recursos humanos e condições materiais para a realização das atividades-fim. Para assegurar a coordenação das ações institucionais e integração das diferentes unidades acadêmicas, faz-se necessária uma política permanente de modernização e qualificação da gestão que seja acompanhada da disseminação das práticas de planejamento, com a definição de metas e a avaliação de resultados em todos os níveis administrativos e acadêmicos.

A realização dessa política se dará através:

1. da qualificação da gestão acadêmica e administrativa em todos os níveis com foco na capacitação dos recursos humanos, na utilização dos sistemas de informação e no processo de planejamento e avaliação;

2. da incorporação de tecnologias de informação e comunicação e outras metodologias da educação a distância nas atividades de treinamento e capacitação dirigidas à qualificação da gestão universitária;

3. do sistemático acompanhamento da evolução das informações orçamentárias, dando transparência aos gastos públicos da UFRN;

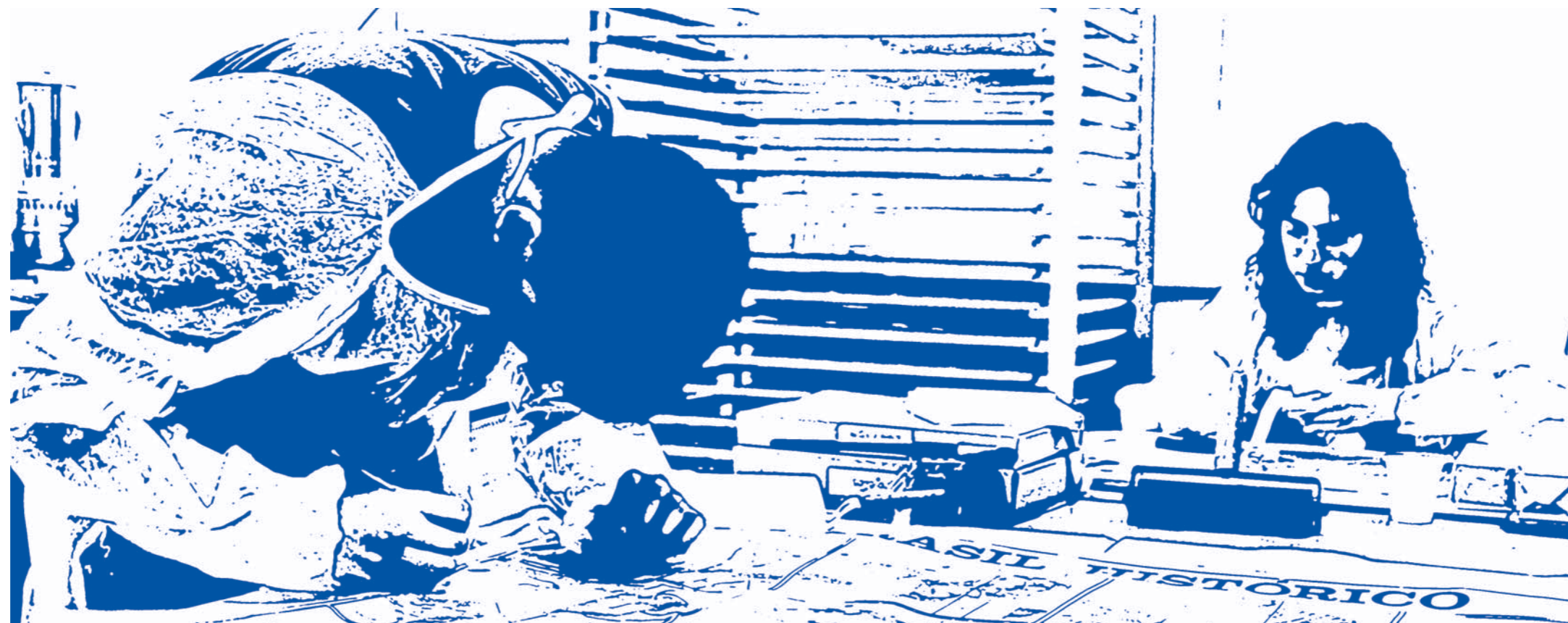
4. da consolidação da política de desenvolvimento institucional como parte integrante do processo de planejamento que avalia e acompanha o Plano de Desenvolvimento Institucional;

5. da utilização de mecanismos de participação da comunidade acadêmica e da sociedade norte-rio-grandense na identificação e superação de problemas acadêmicos e administrativos;

6. da utilização dos sistemas integrados de informação para subsidiar a tomada de decisão da gestão universitária com prontidão e agilidade;

7. da implantação de Sistema Integrado de Gestão Ambiental, objetivando identificar os problemas ambientais da Instituição e estabelecer um plano de melhoria contínua na atenuação ou eliminação desses problemas através de uma Política Ambiental da UFRN;

8. da implantação de uma Pró-reitoria de Assuntos Estudantis, com as atribuições de planejar, coordenar, supervisionar e executar as atividades de promoção e assistência ao estudante com vistas à sua permanência, através de ações afirmativas nas áreas social, técnico-científica, cultural, esportiva e de política estudantil;





9. da implantação de uma Secretaria de Relações Internacionais, com as atribuições de promoção, coordenação, estímulo, supervisão, controle e avaliação das atividades internacionais da UFRN;

10. da institucionalização de uma instância administrativa que coordene e integre a Educação Básica (fundamental e tecnológica) da UFRN e proponha políticas para o setor;

11. da institucionalização de uma instância administrativa que coordene ações para pessoas com necessidades educacionais especiais;

12. do redimensionamento e da qualificação dos recursos humanos operacionais do sistema de compras e obras, com vistas a aumentar a eficiência e a agilidade nos procedimentos;

13. da reestruturação dos hospitais universitários, incluindo a fusão do HOSPED ao HUOL, de modo a permitir condições de melhoria dos processos de gestão, recuperação e modernização do parque tecnológico, adequação da estrutura física, reestruturação do quadro de recursos humanos e aprimoramento das atividades hospitalares vinculadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, bem como à assistência de média e alta

complexidade para o Sistema Único de Saúde, com base em avaliação permanente do cumprimento de metas definidas pelo REHUF (gestão, assistência, ensino, pesquisa e extensão) e incorporação de novas tecnologias em saúde;

14. da redefinição da política de interiorização, de modo a prover as condições necessárias de infraestrutura e pessoal para a melhoria de qualidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão e a adotar mecanismos indutores para o desenvolvimento da pesquisa e da extensão em cada um dos *campi*;

15. da redefinição da política de comunicação, com vistas a aumentar a eficiência da comunicação interna e externa;

16. da articulação com outras instituições públicas de Ensino Superior, com vistas à criação de uma rede de discussão e atuação em políticas públicas;

17. da institucionalização de uma cátedra para professores e técnicos egressos da UFRN, com vistas ao compartilhamento de experiências;

18. da utilização de mecanismos para acompanhar o egresso da UFRN e avaliar sua inserção profissional e a relação entre a formação recebida e sua ocupação.

7.5. RESPONSABILIDADE SOCIAL

A responsabilidade social da UFRN pode ser avaliada por sua contribuição à inclusão social, ao desenvolvimento econômico, social e cultural, à produção artística, à defesa do meio ambiente e do patrimônio cultural.

Em consonância com sua missão institucional, a UFRN adota uma política de inserção social, privilegiando e consolidando o relacionamento com setores organizados da sociedade, ampliando os laços de cooperação e parceria com a sociedade civil e as diversas instâncias de governo e do sistema produtivo. A UFRN tem ampliado significativamente sua participação nas grandes questões que visam dar sustentabilidade e condições para o exercício da cidadania, implementando políticas de inclusão social que garantam a oferta dos seus serviços aos distintos setores e grupos da sociedade e aos seus atores internos: professores, técnico-administrativos e alunos.

A criação de novos cursos e a capacitação de pesquisadores contribuem significativamente para o desenvolvimento do Estado e da região Nordeste, assumindo lugar de destaque no âmbito nacional.

No âmbito da educação superior, o Rio Grande do Norte dispõe de 23 Instituições de Ensino Superior (IES), sendo 3 Federais, 2 Estaduais e 18 Privadas (IBGE, Censo 2008). Dos mais de 60 mil alunos do Ensino Superior do Estado, a UFRN é responsável por 45% das matrículas. Nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, a Universidade detém 92% das matrículas e coordena a maior base de projetos de pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte.

A partir do credenciamento da Universidade para a oferta de educação a distância, a sua inserção regional é intensificada com a criação de 20 polos, sendo doze no Rio Grande do Norte nos municípios de Caicó, Nova Cruz, Macau, Mossoró, Natal, Currais Novos, Martins, Luís Gomes, Extremoz, Guamaré, Lajes e Marcelino Vieira; seis em Pernambuco, nos municípios de Garanhuns, Recife, Nazaré da Mata, Petrolina, Surubim e Tabira; um na Paraíba, em Campina Grande e um em Alagoas, em Maceió.

A inserção da universidade na sociedade pode ser observada pela articulação interna e externa entre os grupos de pesquisadores e profissionais de diferentes áreas e pela criação dos Núcleos Temáticos. Os núcleos “Temático da Seca”, “Estudos do Petróleo e Energias Renováveis”, “Aquicultura e Pesca”, “Câmara Cascudo de Estudos Norte-rio-grandenses”, “Interdisciplinar de Estudos em Saúde Coletiva”, “Avançado de Políticas Públicas” e “Educação para a Ciência” são consolidados. Dois outros estão em formação: “Interdisciplinar de Estudos em Diversidade Sexual, Gênero e Direitos Humanos” e “Interdisciplinar de Estudos do Meio Ambiente”. São áreas relevantes para a economia e a sociedade do Rio Grande do Norte, nas quais a UFRN se destaca pela atuação junto a outras universidades, empresas e órgãos de fomento.

Desde 2003 a UFRN vem investindo em recursos humanos e financeiros para minimizar os impactos negativos ao meio ambiente causados em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. A UFRN mantém programas de gestão integrada de resíduos, controle de qualidade da água fornecida para consumo humano, arborização do Campus Central, controle de zoonoses, eficiência energética, comunicação e educação ambiental. Através desses programas desenvolve diversos projetos com os quais interage com as comunidades, universitária e externa. Conta também com uma estação responsável pelo tratamento e reuso de esgotos para irrigação e hidroponia e uma unidade de armazenamento temporário de resíduos, para



receber resíduos químicos e resíduos sólidos destinados à coleta seletiva solidária, conforme determina o Decreto 5.940/2006.

A UFRN tem adotado políticas de assistência estudantil e criado programas e mecanismos com vistas a facilitar a permanência na instituição e a conclusão do curso aos estudantes oriundos de classes sociais com dificuldades econômicas.

Após a criação do PNAES – Plano Nacional de Assistência Estudantil - pelo Governo Federal, essas políticas tiveram sua implementação facilitada. Em decorrência, além das bolsas de apoio financeiro existentes, foram criados outros tipos de apoio, como alimentação gratuita, moradia estudantil para alunos do interior do Estado, bolsa transporte e assistência odontológica. A assistência estudantil também tem apoiado significativamente as atividades culturais, esportivas, de lazer e de complementação acadêmica, como cursos de línguas estrangeiras.

A UFRN definiu políticas institucionais que garantem a melhoria acadêmica do ensino de graduação, reafirmando seu compromisso com a educação pública, gratuita e de qualidade, assim como para uma formação profissional voltada para as necessidades e demandas da sociedade. Essa preocupação com a qualidade acadêmica inclui tanto aspectos quantitativos como qualitativos na oferta de cursos de graduação, na medida em que aumenta as possibilidades de acesso e melhora as condições de permanência na UFRN.

A UFRN exerce política permanente de inclusão social. A isenção da taxa para inscrição no vestibular para um contingente cada vez maior de alunos oriundos da rede pública; o desenvolvimento de projetos e atividades pedagógicas junto às escolas da rede pública do Ensino Médio; a constituição de fóruns públicos de discussão de políticas de inclusão; a ampliação crescente do número de usuários do restaurante universitário; a indução de estudos e pesquisas para subsidiar a política de acesso e permanência dos alunos na UFRN são exemplos desta política.

A UFRN adota política de acesso, via processo seletivo do vestibular, com argumento de inclusão. O Argumento de Inclusão foi concebido para alunos da rede pública do estado do Rio Grande do Norte e foi implantado no vestibular 2006. O cálculo do Argumento de Inclusão está baseado em um estudo que tomou como base dados da demanda e do desempenho dos candidatos da rede pública nos últimos processos seletivos. O Argumento de Inclusão (AI) é um sistema de pontuação adicional, diferenciado, que toma como referência critérios socioeconômicos e de desempenho dos candidatos da rede pública no vestibular. Constitui-se em uma ação transitória, objetivando ampliar o acesso dos alunos da rede pública que, mesmo apresentando um desempenho médio e acima deste no vestibular, se colocam sempre em desvantagem em relação aos alunos da rede privada.

A partir de 2011, a UFRN adotará gradativamente outra forma de acesso tomando como referência o Sistema de Seleção Unificada – SISU, cujo parâmetro é o Exame Nacional de Ensino Médio - ENEM.

A UFRN DEFINIU POLÍTICAS INSTITUCIONAIS QUE GARANTEM A MELHORIA ACADÊMICA DO ENSINO DE GRADUAÇÃO, REAFIRMANDO SEU COMPROMISSO COM A EDUCAÇÃO PÚBLICA, GRATUITA E DE QUALIDADE, ASSIM COMO PARA UMA FORMAÇÃO PROFISSIONAL VOLTADA PARA AS NECESSIDADES E DEMANDAS DA SOCIEDADE.





8. ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS



ELIMINAR TODA E QUALQUER FORMA DE BARREIRA (SEJA ELA PEDAGÓGICA, AMBIENTAL, ATITUDINAL, COMUNICACIONAL, ENTRE OUTRAS) TEM SIDO UMA AÇÃO PERMANENTE DA INSTITUIÇÃO EM PROL DA CRIAÇÃO DE UMA CULTURA DE RESPEITO À DIVERSIDADE

A UFRN vem ampliando gradativamente o atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais, como por exemplo, o acesso de jovens e adultos no ensino da graduação e pós-graduação e de crianças no Núcleo de Educação Infantil/Colégio de Aplicação.

Diante dessa ampliação, a UFRN tem buscado implementar uma abordagem institucional e multi/interdisciplinar no desenvolvimento de ações que se contraponham ao paradigma hegemônico de ensino tradicionalmente presente no contexto educacional, que leve em conta as singularidades que compõem os estudantes no meio acadêmico. Eliminar toda e qualquer forma de barreira (seja ela pedagógica, ambiental, atitudinal, comunicacional, entre outras) tem sido uma ação permanente da instituição em prol da criação de uma cultura de respeito à diversidade, garantindo as condições de acessibilidade, de tecnologias apropriadas e de recursos humanos qualificados, de tal forma que possibilitem a construção de um modelo de política educacional inclusiva que atenda às necessidades educacionais especiais dos estudantes que demandem por apoios específicos em sua formação acadêmica. Desse modo, é relevante priorizar ações multi/interdisciplinares, buscando concentrar esforços de naturezas diversas (ensino, pesquisa e extensão), articulando os diversos setores da UFRN que garantam e promovam o desenvolvimento acadêmico e social desses discentes na instituição.

Em resposta aos dispositivos legais e atendendo, particularmente, às exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com serviços de apoio especializado para atender às peculiaridades dos estudantes com necessidades educacionais especiais, a UFRN vem afirmando seu compromisso com a sociedade ao adotar uma política institucional que privilegia a inserção social como uma de suas políticas estruturantes.

A UFRN projeta ampliar sua ação inclusiva com a instituição da Comissão Permanente de Apoio ao Estudante com Necessidade Educacional Especial – CAENE, buscando garantir o acesso, a permanência e a terminalidade, com sucesso, dos estudantes com necessidades educacionais especiais, particularmente daqueles com deficiência.

As políticas de inclusão da UFRN, voltadas para o atendimento aos estudantes com necessidades educacionais especiais, têm como diretrizes gerais para os próximos anos: (1) acompanhar e avaliar o ingresso, o acesso, a permanência e a terminalidade de estudantes com necessidades educacionais especiais – NEE, visando assegurar as condições adequadas para o sucesso acadêmico e social; (2) estimular e fortalecer a articulação entre os serviços e setores de diferentes áreas de formação e atuação da UFRN, bem como parcerias interinstitucionais, em prol do desenvolvimento e consolidação das ações voltadas para inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais; (3) desenvolver e executar ações para eliminação de barreiras atitudinais, arquitetônicas, pedagógicas e de comunicação visando garantir o exercício da cidadania das pessoas com necessidades educacionais especiais; (4) atualizar e inserir nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, particularmente das licenciaturas, disciplinas obrigatórias que abordem as diversas metodologias de ensino para o atendimento educacional das pessoas com necessidades educacionais especiais; (5) implementar e expandir a oferta de cursos para qualificação de recursos humanos visando a atender às demandas

acadêmicas e sociais das pessoas com necessidades educacionais especiais; (6) criar curso de Licenciatura em Letras-Libras/Língua Portuguesa; (7) estimular a articulação entre os grupos de pesquisa para desenvolver estudos e tecnologias com abordagem interdisciplinar voltados para as demandas e melhoria da qualidade de vida das pessoas com necessidades educacionais especiais; (8) criar vagas para concurso público para professores e/ou instrutores de Libras e intérpretes de Libras para compor o seu quadro docente permanente e (9) promover e atuar em fóruns de discussão, versando sobre inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais no Ensino Superior, com vistas a socializar e/ou atualizar-se sobre as discussões em torno dessa temática no cenário local, regional, nacional e internacional.





9. CORPO DOCENTE



A DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DOCENTES FAZ PARTE DAS POLÍTICAS PRIORITÁRIAS DA INSTITUIÇÃO, VOLTADAS PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DE SUAS ATIVIDADES ACADÊMICAS.

A admissão de pessoal docente é um processo baseado em diagnóstico situacional do conjunto das unidades acadêmicas da instituição. Tal diagnóstico é regulamentado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) que torna público os editais de convocação aos departamentos acadêmicos e unidades acadêmicas especializadas da UFRN para se candidatarem à alocação de vagas docentes.

O processo consta de (a) atualização e validação, pelos departamentos acadêmicos e unidades acadêmicas especializadas, do documento intitulado Indicadores da Situação do Departamento/Unidade Acadêmica, disponível no Sistema Informatizado de Registro das Atividades Acadêmicas; (b) elaboração do Projeto para Solicitação pelos departamentos acadêmicos e unidades acadêmicas especializadas, levando em consideração os Planos Trienais e os Indicadores da Situação do Departamento/Unidade Acadêmica e (c) proposição de alocação de vagas, formulada pela Comissão Permanente de Desenvolvimento Institucional - CPDI, a partir da análise das solicitações dos departamentos acadêmicos e unidades acadêmicas especializadas, para encaminhamento ao CONSEPE.

A distribuição de recursos humanos docentes faz parte das políticas prioritárias da Instituição, voltadas para a melhoria da qualidade de suas atividades acadêmicas. A proposta de distribuição leva em consideração os Planos Trienais e os Projetos para Solicitação pelos departamentos acadêmicos e unidades acadêmicas especializadas, aprovados pelas respectivas plenárias. As propostas de melhoria da qualidade do ensino da graduação decorrentes da Avaliação da Docência, nos aspectos que se referirem à situação docente do departamento acadêmico ou da unidade acadêmica especializada, são consideradas para efeito da distribuição.

A gestão dos recursos humanos docentes compatibiliza a atribuição de atividades com os regimes de trabalho, titulação e área de conhecimento. Para tanto, são analisados os relatórios individuais (SIGAA - Sistema Integrado de Gestão das Atividades Acadêmicas) referentes aos quatro últimos semestres dos docentes geradores de vacâncias (aposentadoria, falecimento, exoneração ou redistribuição).

A distribuição dos recursos entre departamentos acadêmicos e unidades acadêmicas especializadas leva em consideração: (a) as necessidades localizadas, excetuando-se aquelas de caráter temporário ou circunstancial; (b) a situação de carência docente; (c) as atividades acadêmicas de ensino, de pesquisa e de extensão realizadas; (d) as políticas de desenvolvimento estratégico das ações acadêmicas da Unidade e da Universidade; (e) a adequação da carga de trabalho dos docentes aos respectivos regimes de trabalho, conforme a legislação superior e as normas internas da UFRN.

As provas utilizadas no concurso público visam a identificar nos candidatos a mais adequada conjugação entre os seguintes elementos: conhecimento técnico, experiência prévia de magistério, produção técnico-científica, atuação extensionista e também experiência administrativa.

A inserção do docente na instituição é mediada pelo processo de socialização organizacional que ocorre desde um treinamento introdutório, passando por oficinas pedagógicas integrantes do Programa de Atualização Pedagógica, até o acompanhamento tutorizado com vistas à elaboração e à execução do plano de trabalho.

A qualificação do corpo docente é uma política permanente da instituição diretamente associada à melhoria da qualidade dos serviços acadêmicos. Tal política consiste na conjugação de práticas de gestão de pessoas e incentivos institucionais para fortalecimento do ensino, da pesquisa e da extensão.

A instituição possui programa próprio de incentivo à qualificação, o qual consiste em auxiliar financeiramente os programas de pós-graduação que admitirem – à parte da demanda social – servidores da instituição, respeitados os mesmos critérios de seleção ordinariamente utilizados. Nessa mesma direção, afigura-se a liberação de professores para estágio pós-doutoral, a fim de propiciar experiências de intercâmbio institucionais em caráter nacional e internacional, culminando no reforço dos grupos de pesquisa e programas de pós-graduação.

A distribuição do quadro docente em razão do regime de trabalho aponta uma predominância do regime de dedicação exclusiva da ordem de 85%. Esse dado associado ao crescente número de doutores reflete a consistência da política de formação de quadros que deem sustentabilidade às políticas acadêmicas propostas.

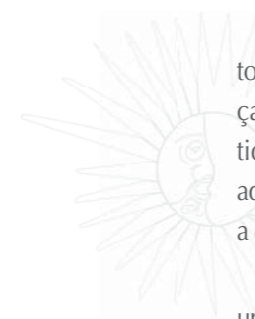
No período de vigência do presente plano, a UFRN também almeja atualizar seu quadro docente em relação ao número de professores titulares, nas áreas identificadas como sendo de caráter estratégico para o desenvolvimento regional e nacional de líderes acadêmicos, no ensino e na pesquisa.

A DISTRIBUIÇÃO DO QUADRO DOCENTE EM RAZÃO DO REGIME DE TRABALHO APONTA UMA PREDOMINÂNCIA DO REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DA ORDEM DE 85%.



A large, stylized sun with a human-like face is the central focus. The sun's face is drawn with simple, clean lines, showing a wide smile and large, expressive eyes. The sun's rays are represented by numerous thin, curved lines radiating outwards from the circular face. The entire illustration is rendered in a light gray color against a plain white background.

10. CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO



O mecanismo utilizado para definir as necessidades de pessoal, para efeito de alocação e movimentação interna de pessoal, é o dimensionamento da força de trabalho, o qual consiste na formulação de matrizes que indicam a quantidade e a qualificação dos técnicos necessários ao funcionamento das unidades administrativas e acadêmicas da instituição, considerando os ambientes organizacionais, a estrutura organizacional e as suas competências.

A UFRN realiza política de promoção formadora de pessoal especializado na gestão universitária. Tal processo é conduzido pelo Plano de Qualificação e Educação Profissional, que prevê a oferta de ações da educação formal, básica e superior, e de eventos de capacitação. Associada às práticas de qualificação, de socialização organizacional e de avaliação de desempenho, a política de promoção formadora de pessoal especializado integra o Plano de Desenvolvimento dos Integrantes da Carreira e implica a formação de servidores capazes de contribuir para a modernização da gestão universitária e de apoiar a consecução dos objetivos institucionais. A avaliação de desempenho consiste no estabelecimento de planos setoriais e individuais de trabalho com padrões quantitativos e qualitativos de desempenho, sobre os quais os agentes do processo de trabalho emitem conceitos valorados que servirão de referência para a progressão funcional e também para medidas corretivas.

A UFRN deverá ampliar as ações de apoio social aos seus servidores implantando o subsistema de atenção à saúde do servidor (técnico-administrativos e docentes), integrando a vigilância em saúde, perícia em saúde e ações promotoras de saúde. Também fará a oferta de cursos de capacitação na modalidade de ensino a distância, contemplando os seus servidores, os servidores das instituições de ensino superior cooperadas e também os servidores de instituições públicas das esferas estaduais e municipais.

A UFRN proporciona o desenvolvimento dos servidores técnico-administrativos, observando-se os seguintes princípios: (1) a natureza do processo educativo, sua função social e objetivos institucionais; (2) a dinâmica dos processos de ensino, pesquisa e extensão e administração e as competências específicas decorrentes; (3) a qualidade do processo de trabalho; (4) o reconhecimento do saber instituído resultante da atuação profissional; (5) a vinculação ao planejamento estratégico e ao desenvolvimento organizacional; (6) o desenvolvimento dos servidores vinculado aos objetivos institucionais.

A UFRN REALIZA POLÍTICA DE PROMOÇÃO FORMADORA DE PESSOAL ESPECIALIZADO NA GESTÃO UNIVERSITÁRIA. TAL PROCESSO É CONDUZIDO PELO PLANO DE QUALIFICAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, QUE PREVÊ A OFERTA DE AÇÕES DA EDUCAÇÃO FORMAL, BÁSICA E SUPERIOR, E DE EVENTOS DE CAPACITAÇÃO.





11. CORPO DISCENTE



A principal forma de acesso dos alunos à UFRN se dá através do processo seletivo - vestibular universal. Para ampliar as possibilidades de acesso dos alunos oriundos da rede pública, a UFRN adota o *argumento de inclusão*. O argumento é um sistema de pontuação adicional diferenciado, que toma como referência critérios socioeconômicos e desempenho dos candidatos da rede pública no vestibular. A partir de 2011, a UFRN adotará gradativamente outra forma de acesso, tomando como referência o Sistema de Seleção Unificada – SiSU, cujo parâmetro é o Exame Nacional de Ensino Médio - ENEM.

Outra forma de acesso à UFRN é o reingresso, que se dá de duas formas: *reingresso de graduados*: acessível a portadores de diploma de cursos de graduação reconhecidos pelo Ministério da Educação, com ingresso mediante aprovação em processo seletivo; *reingresso automático*: permitido para aluno formando da UFRN, com o fim de cursar outra modalidade ou habilitação do curso que está concluindo, sem a realização de processo seletivo.

Existe ainda a ocupação de vagas ociosas através da *transferência voluntária*, na qual o candidato realiza um processo seletivo de acordo sua área de interesse. Essa modalidade consiste na transferência, para a UFRN, do vínculo que o aluno de curso de graduação mantém com a instituição de origem nacional mediante ocupação de vagas específicas, oriundas dos cancelamentos de programa dos alunos por abandono, efetivação de novo cadastro, transferência para outra IES ou falecimento.

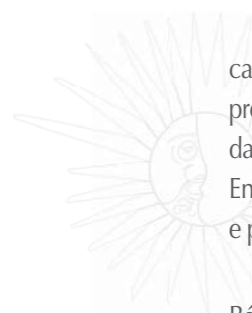
Para contribuir com o acesso dos alunos, sobretudo aqueles provenientes da rede pública, a UFRN oferece cursos pré-vestibulares e, para apoiar a permanência bem sucedida do aluno, adota programas que visam atender aos discentes em suas necessidades de natureza pedagógica, econômica e social, contribuindo com o acesso, a permanência e o sucesso do aluno.

PARA CONTRIBUIR COM O ACESSO DOS ALUNOS, SOBRETUDO AQUELES PROVENIENTES DA REDE PÚBLICA, A UFRN OFERECE CURSOS PRÉ-VESTIBULARES E, PARA APOIAR A PERMANÊNCIA BEM SUCEDIDA DO ALUNO, ADOTA PROGRAMAS QUE VISAM ATENDER AOS DISCENTES EM SUAS NECESSIDADES DE NATUREZA PEDAGÓGICA, ECONÔMICA E SOCIAL, CONTRIBUINDO COM O ACESSO, A PERMANÊNCIA E O SUCESSO DO ALUNO.





12. SUSTENTABILIDADE FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIA



Nessa matriz de distribuição orçamentária entre as IFES, o aluno equivalente é o principal indicador para análise dos custos de manutenção nas rubricas do orçamento de custeio e capital (OCC).

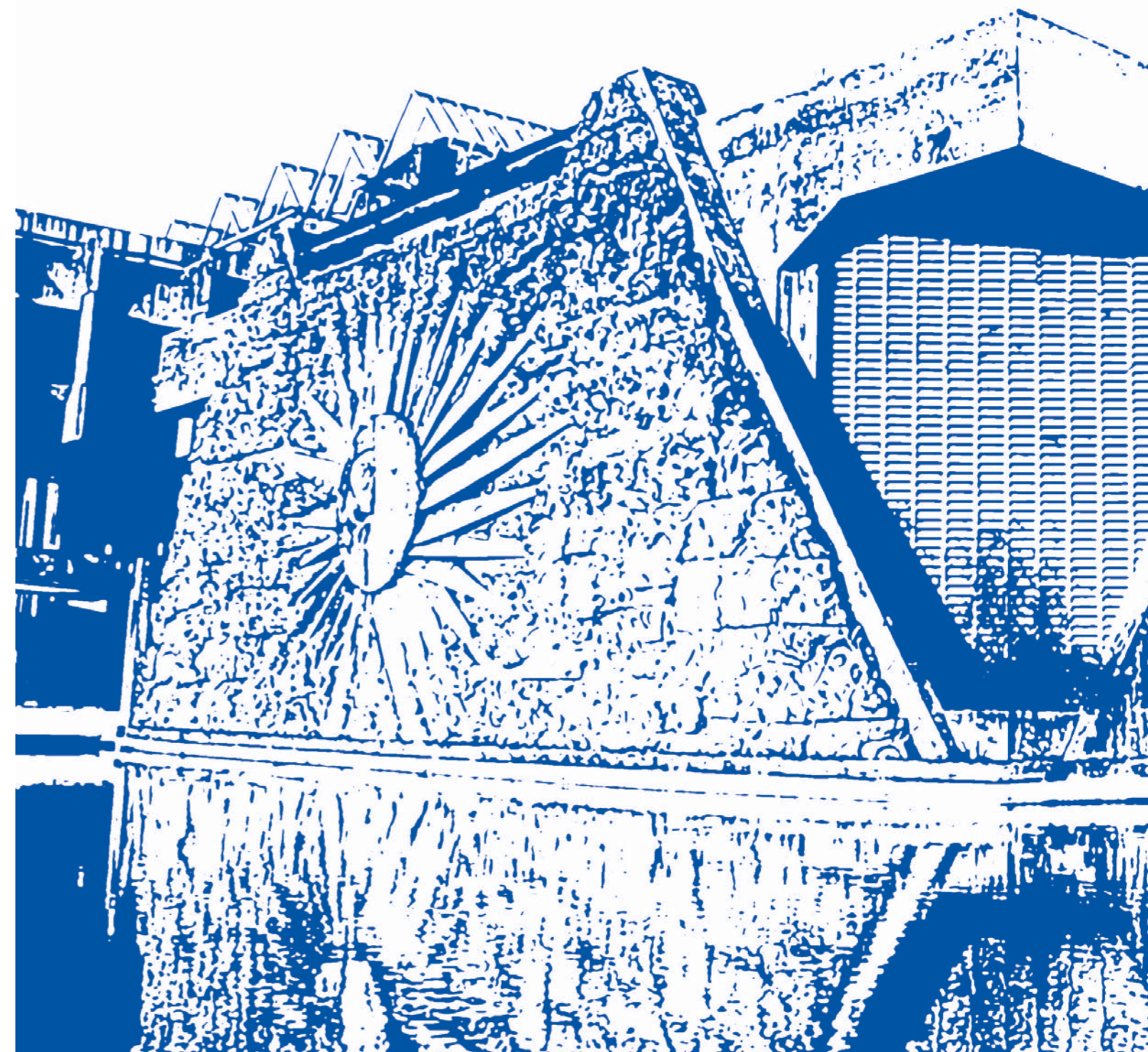
A UFRN é uma Instituição Federal de Ensino Superior vinculada ao Ministério da Educação, responsável por sua sustentabilidade financeiro-orçamentária, através de recursos previstos e aprovados na Lei Orçamentária Anual pelo Congresso Nacional. A manutenção das IFES é assegurada por matriz de distribuição orçamentária adotada pela Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação, composta pelo Orçamento de Manutenção e pelo Orçamento de Investimento.

Por sua vez, o Orçamento de Manutenção é constituído pela Parcela de Manutenção Básica e pela Parcela de Qualidade e Produtividade. A Parcela de Manutenção Básica corresponde a 80% do valor total dos recursos de custeio disponíveis e obedece a um modelo sem partição considerando a Unidade Básica de Custeio (UBC), que é composta por 10 itens de despesas de maior impacto orçamentário – tais como: Energia Elétrica, Água e Esgoto, Telecomunicações, Correios, Vigilância, Limpeza, Diárias, Passagens, Combustíveis e Manutenção de Frota de Veículos - multiplicado pelo número de alunos equivalentes de cada IFES. E a Parcela de Qualidade e Produtividade utiliza um modelo de partição com indicadores de qualidade das atividades de pesquisa e pós-graduação desenvolvidas nas IFES.

Nessa matriz de distribuição orçamentária entre as IFES, o aluno equivalente é o principal indicador para análise dos custos de manutenção nas rubricas do orçamento de custeio e capital (OCC). O cálculo do aluno equivalente é o somatório dos indicadores parciais relativos às atividades de graduação, mestrado, doutorado e residências universitárias. São considerados nesse cálculo os custos de caráter permanente para manutenção das instalações físicas e equipamentos, que são proporcionais ao número de alunos matriculados, à duração média dos cursos e aos custos diferenciados entre as diversas áreas de conhecimento no ensino de graduação e de pós-graduação (mestrado, doutorado e residência médica), com estímulos à criação de cursos noturnos e à interiorização com cursos oferecidos fora da sede das IFES.

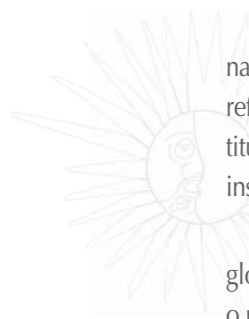
Com o Decreto nº 7.233, de 19 de julho de 2010, a matriz de distribuição orçamentária para despesas correntes e de capital foi, recentemente, institucionalizada e aperfeiçoada, cujos parâmetros serão definidos por comissão paritária formada pelo MEC e pelos reitores das universidades federais. Os parâmetros deverão observar os seguintes critérios: o número de matrículas e a quantidade de alunos ingressantes e concluintes na graduação e na pós-graduação em cada período; a oferta de cursos de graduação e pós-graduação em diferentes áreas do conhecimento; a produção institucionalizada de conhecimento científico, tecnológico, cultural e artístico, reconhecida nacional ou internacionalmente; o número de registro e comercialização de patentes; a relação entre o número de alunos e o número de docentes na graduação e na pós-graduação; os resultados da avaliação pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004; a existência de programas de mestrado e doutorado, bem como respectivos resultados da avaliação pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES; e a existência de programas institucionalizados de extensão, com indicadores de monitoramento.

Para assegurar o pleno desenvolvimento do conjunto das atividades acadêmicas da UFRN, é necessária, todavia, a captação de recursos adicionais, através da mobilização de docentes para apresentação de projetos acadêmicos para concorrer a editais publicados por fundos das diferentes agências nacionais de fomento do ensino, da pesquisa e da extensão universitária. Com isso, a UFRN obtém, de forma crescente, recursos para investimento e custeio junto ao Ministério de Ciência e Tecnologia e ao Ministério da Saúde, a órgãos que lhes são vinculados, tais como a FINEP, ao FNS, ao FNDE, além da Agência Nacional de Petróleo, além de parcerias com empresas públicas e privadas, das quais se destacam os investimentos em pesquisa e tecnologia feitos pela Petrobras em diversas áreas de conhecimento na UFRN.





13. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO



O PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO
E AVALIAÇÃO DO PLANO DE
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
– PDI - CONSISTE EM UMA
OPORTUNIDADE PRIVILEGIADA PARA
QUE A COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA
REFLITA SOBRE AS SUAS ATIVIDADES
E POSSIBILIDADES DE CONHECER E
ANALISAR CRITICAMENTE A INSTITUIÇÃO
NUMA PERSPECTIVA DE TOTALIDADE,
PROPONDO MEDIDAS PARA O SEU
APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL,
COM VISTAS À MELHORIA DA
QUALIDADE ACADÊMICA.

O processo de acompanhamento e avaliação do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI - consiste em uma oportunidade privilegiada para que a comunidade universitária reflita sobre as suas atividades e possibilidades de conhecer e analisar criticamente a instituição numa perspectiva de totalidade, propondo medidas para o seu aperfeiçoamento institucional, com vistas à melhoria da qualidade acadêmica.

A metodologia da autoavaliação da UFRN baseia-se em três princípios norteadores: globalidade, que envolve todas as dimensões da instituição; legitimidade, que significa o reconhecimento da pertinência da avaliação por parte da comunidade universitária e o respeito à diversidade, isto é, sua pluralidade, sua complexidade.

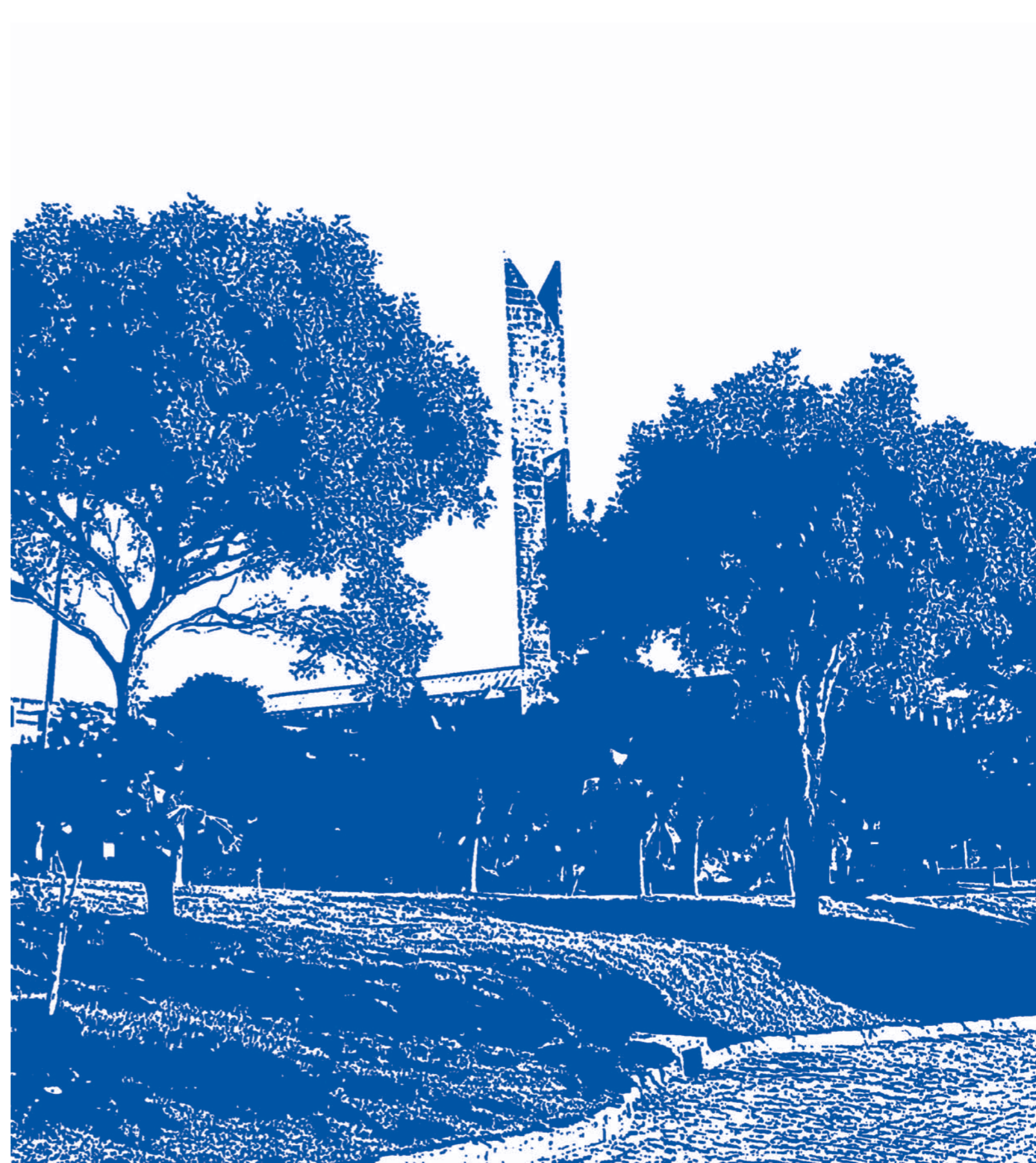
A realização do processo de autoavaliação do PDI inclui obrigatoriamente as 10 dimensões, com indicadores constantes no art.3º da Lei nº 10.861 de 14/04/2004, a qual instituiu o Sistema Nacional da Avaliação da Educação Superior – SINAES, que são os seguintes: (1) a missão e o plano de desenvolvimento institucional; (2) a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão; (3) a responsabilidade social da instituição; (4) a comunicação com a sociedade; (5) as políticas de pessoal; (6) a organização e gestão da instituição; (7) a infraestrutura física, biblioteca e recursos de informação; (8) o planejamento e avaliação; (9) as políticas de atendimento aos estudantes; (10) a sustentabilidade financeira.

É importante destacar que além dos indicadores das 10 dimensões, outros indicadores serão construídos coletivamente, os quais sejam capazes de produzir conhecimentos sobre a realidade institucional, identificar as causas de seus problemas, oportunidades e ameaças pondo em questão o significado de suas atividades frente à sua missão, objetivos e políticas expressos no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. De acordo com o SINAES, os resultados da avaliação interna precisam ser submetidos a um olhar externo designado pelo MEC/INEP, segundo as diretrizes da Comissão Nacional da Educação Superior – CONAES.

O acompanhamento e a avaliação do PDI serão coordenados pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, com a participação dos segmentos: docente, técnico-administrativo, estudantil, dirigentes e representantes da sociedade.

O eixo norteador do processo de acompanhamento e avaliação do PDI repousa na oportunidade de comparar a missão, os objetivos, as políticas institucionais e as metas com o que vem, de fato, sendo realizado.

Com isso, ensejamos construir o conhecimento sobre a própria realidade, compreendendo o significado de suas ações, objetivando melhorar a qualidade da educação e alcançar maior relevância social.





UFRN
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE